



ATA N.º 9/2016

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2016  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 27 DE SETEMBRO DE 2016

-----No dia 27 de setembro de 2016, no Salão do Clube Estrela Desportiva de Bensafrim, reuniram-se em Sessão Ordinária de setembro, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º, e na alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Assuntos respeitantes à União de Freguesia de Bensafrim e Barão de S. João;*
- PONTO 2 - *Informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento Municipal sobre Apascentamento e sua Permanência e Trânsito em Espaço Público do Município de Lagos;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da proposta de Desafetação de Parcelas de Terreno do Domínio Público Municipal, sitas em Torraltinha, Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Lagos;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da emissão de autorização prévia do compromisso plurianual referente a apoios para a época desportiva 2016/2017 – Programa de Formação e Apoio ao Associativismo Desportivo (PFAAD);*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de lançamento de derrama a cobrar no ano de 2017;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a aplicar no ano de 2017;*
- PONTO 8 - *Apreciação e votação da proposta de participação variável no IRS no ano de 2017;*
- PONTO 9 - *Apreciação e votação da proposta de fixação da taxa do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar no ano de 2017;*
- PONTO 10 - *Apreciação e votação de propostas de Isenção do Pagamento de Taxas:*
  - 10.1 - *Taxa de Licenciamento Especial de Ruído – realização de “Prova de Natação de Mar”;*
  - 10.2 - *Taxas de Licença Especial de Ruído e Alvará de Licença – realização de Prova Desportiva “Rali Bensafrim/Odiáxere”;*
- PONTO 11 - *Pela Legalização e Reabilitação do Bairro da Associação de Moradores 25 de Abril, Apeadeiro, Meia Praia;*
- PONTO 12 - *Criação em Lagos do Centro Náutico de Estágios em Vela;*
- PONTO 13 - *Apreciação e votação da Proposta de concessão de condecorações – Medalha de Mérito Municipal.*



Fl. 90v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 43 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME/CARGO DO MEMBRO</b>
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida P. A. Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	José Manuel da Silva Jácome
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira



BE

José Manuel Maia dos Santos

-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	PERÍODO SUBSTITUIÇÃO	SUBSTITUTO
PS	António Marreiros Gonçalves	1 dia	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira	1 dia	Cristina Luísa Dias Marreiros
LCF	Cristina Luísa Dias Marreiros	1 dia	José Manuel da Silva Jácome

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	SITUAÇÃO
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	Solicitou substituição para esta Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30/03.
PS	Nuno Filipe Pereira Marreiros (Secretário da Junta de Freguesia da Luz)	Substitui o Sr. Vítor Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz).

-----ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO, nos momentos indicados nesta Ata, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
TSL	José Alberto Baptista

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PSD	João António do Rio Rosa Bravo

-----FALTARAM A ESTA REUNIÃO OS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicados:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente



Fl. 91v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** O Sr. Miguel Batista insurgiu-se relativamente ao assunto do Ponto 4 da Ordem do Dia da presente Sessão, Apreciação e votação da proposta de Desafetação de Parcelas de Terreno do Domínio Público Municipal, sitas em Torraltinha, Freguesia de S. Gonçalo de Lagos, Lagos, uma vez que não tinha tido conhecimento, atempadamente, do mesmo. Disse ter solicitado diversos esclarecimento sobre o assunto, à Câmara Municipal, mas esta não tem dado resposta, assim como não consegue obter resposta, nem marcar reunião com um técnico da Câmara Municipal, relativamente à intenção de instalar no Concelho de Lagos um Eco Glamping.-----

-----**ENTRADA DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entraram na sala os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	20.45
TSL	José Alberto Baptista	20.48

-----O Sr. Agostinho Matos, ainda sobre o assunto da desafetação de parcelas de terreno na Torraltinha, disse que se as parcelas são para desafetar, ele próprio está interessado em adquirir as mesmas. Acrescentou que a questão está relacionada com o Alvará de loteamento n.º 1/83, o qual lhe levanta algumas dúvidas.-----

-----O Sr. Jorge Humberto convidou todos os presentes na Sala para um passeio aos esgotos a céu aberto existente em Barão de S. João.-----

-----O Sr. António Jerónimo, fez a seguinte intervenção: “António Jerónimo, cidadão eleito pela CDU para a Assembleia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, Rua Poço do Rossio n.º 2 8600-069 - Bensafrim, a 10 metros do Poço do Rossio local onde frequentemente vou buscar água e reiteradas vezes me encontro com os demais vizinhos que dizem ... já viu Senhor Dr. ... novamente uma rotura desta vez foi ali em baixo naquela rua e já tinha acontecido ali na outra rua e na outra e na outra ... há mais de 20 anos que isto é assim um autentico inferno ... estamos cansados quem é que pode viver nestas condições ... sucessivos cortes na água e na eletricidade ... e a fatura sempre a aumentar ... Muito boa noite a todos aproveito para cumprimentar em particular V. Exa. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, da vez anterior que nos encontramos (9/6/2016) estava eu momentaneamente no desempenho de funções de Presidente da Mesa da Assembleia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, aproveito para o cumprimentar e reiterar votos de muito sucesso no desempenho do cargo, nas nobres funções que ocupa neste importante órgão autárquico ... Este território como é de todos conhecido e sabido guarda em si mesmo uma beleza e riqueza inesgotáveis, de tempos imemoriais, ímpar, presente na beleza das suas paisagens



quer pela qualidade e riqueza dos solos agrícolas, as árvores, a tipicidade das casas e arruamentos, as características do seu povoamento quer pela biodiversidade que mantem e guarda, qualquer turista qualquer pessoa que nos visite não conseguirá ficar indiferente a tanta beleza, não deixará de se apaixonar por esta terra e de por aqui querer ficar... Não obstante somos confrontados com uma assinalável e confrangedora perda de população a que não será alheia nem isenta uma má interpretação e ausência de vontade para impulsionar corretas políticas e decisões atempadas sobre o ordenamento e desenvolvimento sustentável neste território ... Tarda e com isso sofrem as populações com a falta de apropriados e adequados instrumentos jurídicos e de gestão territorial ... Não é possível que um órgão como o órgão assembleia da freguesia tenha de estar na dependência do órgão junta da freguesia para realizar as competências que legalmente lhe estão atribuídas ... À semelhança do que acontece com o órgão Assembleia Municipal, que não depende do órgão Câmara Municipal para o seu normal funcionamento, também o órgão Assembleia da Freguesia deverá dispor das mesmas prerrogativas legais, sem as quais o órgão Junta da Freguesia continuará a seu belo prazer a governar a Freguesia, fazendo ouvidos mocos a tudo o que é discutido e aprovado no órgão Assembleia da Freguesia ... Não é possível que passados 40 anos, o poder local se encontre neste sufoco, neste faz de conta, não é possível que no regime das autarquias locais não existam normas jurídicas atinentes a um capaz e adequado regime sancionatório que possa responsabilizar e punir os infratores .... A ausência do cumprimento na palavra dada e o distanciamento das boas práticas leva a que cada vez mais o comum dos cidadãos se distancie da política e de muitos dos políticos atingindo todos indiferenciadamente ... É reconhecido unanimemente como genericamente positiva a experiência das Regiões Autónomas, Madeira e Açores ... Com a criação das regiões no continente, nomeadamente a criação da Região Autónoma do Algarve certamente que se abriam maiores possibilidades para o anseio das populações, traduzida numa mais saudável concorrência e convergência de vontades legitimadas pela eleição direta e democrática dos seus representantes, traduzindo-se num poder negocial mais reforçado para captação e candidatura a financiamentos mais e melhor defesa do ordenamento e desenvolvimento sustentável do território em benefício das suas gentes tradições usos e costumes ... Hoje que tanto se pede que se defenda e trate do meio ambiente e da proteção do património. Não é possível, dito e contado ninguém acreditaria, que um território de tamanha beleza paisagística fosse contemplado nas suas principais portas de entrada, com uma lixeira de um lado e um estaleiro de obras no outro, que no caso do típico português começa por provisório e nunca mais deixará de ser provisório ... Contado ninguém acreditaria que no coração do núcleo histórico da aldeia de Bensafrim, nas suas ruas estreitas outrora peculiares (alguém) um parecer técnico recomendasse a colocação de alcatrão (que é o que acabou de ser colocado em parte da Rua Direita, Rua de Santo António e na Travessa de Santo António) para quem não sabe o alcatrão é do pior que pode existir para a contaminação dos terrenos e para a saúde pública, em detrimento da colocação de calçada tradicional ... com o argumento de que a colocação da referida calçada “era inviável dada a qualidade do solo” e “que com as obras de calcetamento



Fl. 92v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

havia a possibilidade de danificação nos prédios” ... De facto sem a mobilização de vontades, sem uma profunda alteração de paradigma, sem novas políticas e decisões que se apliquem em tempo útil e no interesse das populações em resultado da sua participação democrática não é possível viver melhor nem sair do marasmo em que nos encontramos há mais de 20 anos com os mesmos problemas por resolver, saneamento básico (água em condições) eletricidade normal e paga com a redução inerente ao facto de no seu território existirem várias torres eólicas, que não obstante paragens cíclicas constituem um rendimento acrescido aos negócios de quem produz a eletricidade e sem que as populações aqui residentes retirem qualquer vantagem económica ... Sem lugar para estacionamento das viaturas, sem as prometidas hortas comunitárias, sem redes de wi-fi que disponibilizem acesso direto e gratuito à internet, a todos quantos, felizmente, cada vez mais, nos visitam, sem uma atenção particular aos idosos, sem colocar no subsolo os cabos elétricos da aldeia, sem a atenção devida que o património edificado na zona histórica requer, sem o apoio ao comércio local, sem o apoio à valorização do cultivo biológico, sem o apoio necessário e urgente aos proprietários dos pomares, nomeadamente de amendoeiras e figueiras ainda existente, sem trazer pessoas que traduzam mais-valia e competência técnica muito dificilmente sairemos do marasmo e iniciaremos práticas de sustentabilidade no pretendido desenvolvimento deste território.”-----

### -----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

-----LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 263/2016 a 364/2016, inclusive.-----

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 195/2016 a 280/2016, inclusive.-----

### -----INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) fez a seguinte intervenção: “Celebra-se hoje, 27 de setembro, o Dia Mundial do Turismo. Esta atividade económica é sem dúvida o suporte da economia algarvia e do município de Lagos. A qualidade das nossas praias, da paisagem do barrocal, a gastronomia, as simpatias das gentes conferem-nos já muitos galardões, sendo que o sítio de Turismo Tripadvisor, publicou há poucos dias as escolhas dos seus utilizadores no qual Lagos aparece como um dos melhores destinos do mundo. No ranking hoteleiro o Município dispõe de 5 unidades hoteleiras nos primeiros 20 do Algarve, o que aliado à qualidade dos estabelecimentos de comidas e bebidas nos coloca no topo da procura. As taxas de ocupação médias em Lagos nos últimos 12 meses tiveram um acréscimo positivo de 8%, demonstrando o bom momento que se vive no sector. Sem dúvida que são números que nos fazem sentir felizes, mas para que seja possível continuarmos a obter bons resultados, não podemos apenas depender do esforço dos privados, temos que contar com o empenho da Câmara Municipal no sentido de dotar-se das infraestruturas necessárias para o desempenho das funções que lhe estão atribuídas, tanto na área da limpeza, incluindo a recolha do lixo, manutenção dos espaços verdes, controlo de pragas (aqui incluem-se as gaviotas), libertação dos espaços possíveis para a criação de ciclovias sem que os pedestres se sintam ameaçados pelos velocípedes. Texto da RTA: “Este ano é subordinado ao tema “Turismo para todos



- promover a acessibilidade universal”, chamando-se a atenção para a necessidade de colocar a acessibilidade no centro das políticas de turismo, não só por uma questão de ordem social e de igualdade de direitos e oportunidades, mas também por uma questão de oportunidade de negócio perante o potencial de mercado que o chamado turismo acessível apresenta a nível mundial. Nesta ocasião, impõe-se referir que também o Algarve consagra, no seu Plano de Marketing Estratégico o “turismo acessível e sénior” como produto a desenvolver de modo a tornar, efetivamente, o Algarve num destino para todos. Neste contexto, esperamos que CML se sensibilize de forma a desenvolver os esforços necessário na prossecução de tal objetivo.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando que: 1 - Este Verão de 2016, voltou a confirmar no nosso País a devastadora tragédia dos incêndios florestais com mais de 120 mil hectares ardidos, dezenas de anos de trabalho e investimento perdidos em poucos minutos, habitações, edifícios públicos, culturas agrícolas, gados, armazéns, e outras instalações agrícolas e industriais destruídas. Vidas humanas perdidas. Recorde-se que, no balanço da última década, os incêndios florestais deixaram no País um rasto de destruição expresso em mais de um milhão de hectares de área ardida. A região do Algarve também não escapou a este flagelo, com incêndios de grande dimensão a atingir vários Concelhos, designadamente de Silves, Monchique, Portimão e Aljezur. O PCP e os eleitos da CDU, relembram que na origem dos fogos florestais está, há muitos anos, a política de direita de abandono da produção nacional, de desertificação do interior, de degradação da atividade agrícola e de favorecimento dos grandes interesses económicos, designadamente os que se manifestam na especulação imobiliária, na desmesurada plantação de eucaliptos, na crescente concentração e acumulação da riqueza. O PCP e os eleitos da CDU, ao mesmo tempo que manifestam a sua solidariedade para com as populações afetadas por esta terrível calamidade, reconhecem também o incansável, corajoso e abnegado trabalho que milhares de bombeiros, profissionais e voluntários, e outros intervenientes que realizam até à exaustão e limite das suas capacidades, correndo risco de vida, como tantas vezes já aconteceu, para minimizar os devastadores efeitos da catástrofe provocada por milhares de incêndios, na época que começa a 15 de maio e termina a 15 de outubro. 2 - O PCP e os eleitos da CDU, há muito que vêm alertando para as causas deste flagelo: desinvestimento, desordenamento, falta de limpeza das matas, escassez dos meios permanentes e dos meios especiais de combate aos fogos, mas aponta como causas mais determinantes a ausência de políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura, aos pequenos e médios agricultores e produtores florestais, o sistemático afrontamento das comunidades dos baldios, a destruição da agricultura familiar, a desertificação do interior incentivadas por falta de atividade produtiva com garantia de rendimento para os produtores, a eliminação de serviços públicos (em particular, escolas e serviços de saúde) e que se acentuaram no mandato do anterior Governo PSD/CDS, com a aprovação da chamada Lei da Eucaliptização, que levou ao aumento significativo das áreas de eucalipto plantadas, com a aprovação de uma nova Lei dos baldios visando a sua expropriação aos povos, ou com o desvio de



Fl. 93v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

mais de 200 milhões de euros do PRODER para outras áreas. 3 - O PCP e os eleitos da CDU reiteram hoje o que vêm afirmando há décadas. O problema dos incêndios florestais só pode ser resolvido com uma efetiva política de ordenamento florestal, contrariando as extensas monoculturas, de limpeza da floresta, de plantação de novas áreas de floresta tradicional, combatendo a hegemonia do eucalipto – que passou a ser a espécie que ocupa mais área no País, incluindo em alguns Concelhos do Algarve, à frente do pinheiro bravo e do sobreiro –, de abertura de caminhos rurais e aceiros, de valorização da agricultura e da pastorícia, de ocupação do espaço rural. Ordenamento assente num rigoroso cadastro da floresta portuguesa, indispensável para caracterizar com rigor a nossa floresta, os seus principais constrangimentos e os seus proprietários que, apesar de sucessivamente anunciado, não tem saído do papel ou da experiências piloto. É também indispensável uma ação de combate decidido às espécies infestantes que proliferam pela nossa floresta e que hoje se tornaram dominantes em algumas áreas do País. Ordenamento que só resultará, garantindo aos produtores um preço justo pela madeira que, por ação do autêntico monopólio do eucalipto e da pasta de papel, se mantém a níveis semelhantes aos de há dez anos atrás, apesar dos custos de manutenção encarecerem a cada dia que passa. Ordenamento que terá que contar, por um lado, com um dispositivo permanente de equipas de sapadores florestais. Por outro lado, como o PCP propôs na anterior legislatura, é ainda necessário retomar o Corpo de Guardas Florestais, integrado numa política de reforço das estruturas desconcentradas do Ministério da Agricultura, capazes de assegurar o acompanhamento, aconselhamento e apoio aos pequenos proprietários que detêm a esmagadora maioria da área florestal e que é necessário respeitar na sua especificidade. 4 - O PCP e os eleitos da CDU, consideram necessária uma enérgica e imediata intervenção do Governo, com vista a assegurar o reforço dos meios de emergência e de combate, tendo em conta que a época de fogos ainda não terminou; o levantamento imediato de todos os prejuízos; o acionamento de medidas de exceção tendo em conta a gravidade da situação criada, para acudir em primeiro lugar às famílias atingidas, mas também aos equipamentos, às atividades económicas e, designadamente, à agricultura. Importará ainda que o Governo desbloqueie os meios do PDR 2020 e do Orçamento do Estado, designadamente do Fundo Florestal Permanente, que o anterior Governo manteve sempre sob uma gestão opaca, para que sejam realizados os investimentos necessários. Deve também prosseguir a renovação de frotas, a valorização do pagamento às Equipas de Combate a Incêndios Florestais, mais investimento em equipamento tecnologicamente mais avançado, em equipamentos terrestres e aéreos e em maior disponibilidade de meios humanos. Estes são elementos que se confirmam como necessários, para aliar à coragem, dedicação e abnegação de milhares de homens e mulheres que, com risco das próprias vidas enfrentam este flagelo nacional. Face ao exposto os eleitos da CDU propõem que: A Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Sessão Ordinária a 27-09-2016, delibere: 1 - Recomendar ao Governo a implementação de outra política agrícola, outra política florestal, definição da defesa da floresta portuguesa como prioridade da ação política, a par da ajuda imediata às populações atingidas. Enviar esta Moção: - Primeiro-



Ministro; - Ministra da Administração Interna; - Ministro do Ambiente; - Ministro da Agricultura; - Autoridade Nacional de Proteção Civil; - Diretor Nacional de Bombeiros da ANPC; - Presidente do Instituto Nacional de Emergência Médica; - Diretor-geral da Administração Local; - Presidente da Escola Nacional de Bombeiros; - Diretor do Instituto de Socorros a Náufragos; - Associação Nacional de Municípios Portugueses; - Associação Nacional de Freguesias.”-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse que o PSD tem uma grande preocupação com os fogos florestais. Referiu que a Moção apresentada, refere que na origem dos fogos florestais, está a política de direita, acusando o Governo do PSD/CDS pelo agravar da situação, pelo que não pode o Grupo Municipal do PSD votar a favor da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que os incêndios florestais são o inferno, mas o inferno não está só, tem lá o diabo, que se chama eucalipto. Referiu que o Ministério da Administração Interna não tem dinheiro para a PSP e para a GNR, por causa dos incêndios florestais, sendo que este deveria ser um assunto da competência dos Ministérios da Agricultura e do Ambiente. Disse que é preciso trabalhar na prevenção dos incêndios florestais, dando como exemplo uma faixa de 50 metros para cada lado das estradas, nacionais e municipais, sem eucaliptos e sem acácias. Referiu que Portugal, em termos de dióxido de carbono, polui mais que os chineses ou os norte americanos. Disse que a limpeza das matas pode ser rentabilizada e pode mesmo ser aproveitados fundos comunitários para tal. Referiu que Bensafrim é o local ideal para construir uma Central de Produção de Resíduos Florestais. Disse que assim a prevenção faz sentido e o Poder Local tem que atuar neste sentido e não esperar por Lisboa, Bruxelas ou Estrasburgo.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos) disse que os fogos florestais são um flagelo nacional, no entanto no Concelho de Lagos tem sido feito um grande e bom trabalho, pela Associação de Município Terras do Infante, na prevenção.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que é feita uma referência no documento ao PSD por ter sido este Partido o responsável pela lei da eucaliptização, uma vez que é consenso nacional de que é uma lei que tem prejudicado o combate aos fogos, pelo que ou o PSD assume as asneiras ou não têm que estar com melindres, considerando estranha a reação do Grupo Municipal do PSD em relação ao documento em causa. Sobre os sapadores da Terras do Infante, disse que a CDU estava disponível para saudar os mesmos, pelo que anunciou um acréscimo à Moção, nesse sentido.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) disse concordar com as palavras do Sr. Carlos Saúde e lembrou que tinha sido o PSD a dar um grande impulso para a criação da Associação de Municípios Terras do Infante, considerando mesmo que desde que o PSD deixou de liderar a Associação a mesma deixou de desenvolver trabalho noutros campos de interesse comum para os três Concelhos que compõem a mesma. Ainda sobre as referências ao PSD na Moção, disse que algumas das situações de que o Partido é acusado, foram iniciadas pelo PS, mas isso não refere a CDU no documento.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de



Fl. 94v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS**

Lagos) disse que muito foi feito, pela Terras do Infante, enquanto dirigida pelo PS.---  
 -----O Sr. José Valentim (PSD) fez uma breve resenha história sobre a criação da Associação de Municípios Terras do Infante e disse que o PS não tem mostrado as ideias que tem em relação ao trabalho a desenvolver pela Associação, assim como não dá a conhecer as ideias que tem para Lagos. Disse que o PS deixou esmorecer a Terras do Infante, uma vez que esta Associação tinha mais objetivos na sua génese. Referiu que os incêndios florestais existem porque não é feita a necessária limpeza e porque não é cumprida a lei. Terminou dizendo que no presente, a responsabilidade de tudo isto não é da direita, mas sim da geringonça de esquerda.-----  
 -----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos) disse que planos, o PS sabia que o PSD os sabia fazer, agora quem os concretizou foi o PS.-----  
 -----O Sr. José Jácome (LCF) disse que deve ser a Associação de Municípios a concretizar o projeto da concretização de uma Central de produção de energia a partir dos resíduos. Em relação à “esquerda” ou à “direita”, disse que este trabalho tem que ser desenvolvido por todos. Referiu que a culpa dos incêndios florestais é da Democracia, porque os democratas não se sabem unir para resolver.-----  
 -----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a resenha feita pelo Sr. José Valentim estava certa no entanto lembrou que, no entretanto, a legislação sobre as Associações de Municípios tinha sido alterada, passando as mesmas a ser para fins específicos, o que levou a um certo definhamento das mesmas.-----  
 -----O Sr. José Valentim (PSD) disse que a legislação alterou-se mas também surgiu uma Lei que cria as Comunidades Intermunicipais, tendo a Terras do Infante perdido uma boa oportunidade para se tornar numa Comunidade Intermunicipal, situação que permitiria outro tipo de trabalho.-----  
 -----Posto isto, passou-se à votação da Moção, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	12	0	3	3	0	1	<b>19</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	0	0	1	0	<b>1</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	5	0	0	0	0	<b>5</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 62/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por maioria, a seguinte Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Considerando que: 1 - Este Verão de 2016, voltou a confirmar no nosso País a devastadora tragédia dos incêndios florestais com mais de 120 mil hectares arditos, dezenas de anos de trabalho e investimento perdidos em poucos minutos, habitações, edifícios públicos, culturas agrícolas, gados, armazéns, e outras instalações agrícolas e industriais destruídas. Vidas humanas perdidas. Recorde-se que, no balanço da última década, os incêndios florestais deixaram no País um rasto de destruição expresso em mais de um milhão de hectares de área ardida. A região do Algarve também não escapou a este flagelo, com incêndios de grande dimensão a atingir vários Concelhos, designadamente de Silves, Monchique, Portimão e Aljezur. O PCP e os eleitos da CDU, relembram que na origem dos fogos florestais está, há



muitos anos, a política de direita de abandono da produção nacional, de desertificação do interior, de degradação da atividade agrícola e de favorecimento dos grandes interesses económicos, designadamente os que se manifestam na especulação imobiliária, na desmesurada plantação de eucaliptos, na crescente concentração e acumulação da riqueza. O PCP e os eleitos da CDU, ao mesmo tempo que manifestam a sua solidariedade para com as populações afetadas por esta terrível calamidade, reconhecem também o incansável, corajoso e abnegado trabalho que milhares de bombeiros, profissionais e voluntários, e outros intervenientes que realizam até à exaustão e limite das suas capacidades, correndo risco de vida, como tantas vezes já aconteceu, para minimizar os devastadores efeitos da catástrofe provocada por milhares de incêndios, na época que começa a 15 de maio e termina a 15 de outubro. 2 - O PCP e os eleitos da CDU, há muito que vêm alertando para as causas deste flagelo: desinvestimento, desordenamento, falta de limpeza das matas, escassez dos meios permanentes e dos meios especiais de combate aos fogos, mas aponta como causas mais determinantes a ausência de políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura, aos pequenos e médios agricultores e produtores florestais, o sistemático afrontamento das comunidades dos baldios, a destruição da agricultura familiar, a desertificação do interior incentivadas por falta de atividade produtiva com garantia de rendimento para os produtores, a eliminação de serviços públicos (em particular, escolas e serviços de saúde) e que se acentuaram no mandato do anterior Governo PSD/CDS, com a aprovação da chamada Lei da Eucaliptização, que levou ao aumento significativo das áreas de eucalipto plantadas, com a aprovação de uma nova Lei dos baldios visando a sua expropriação aos povos, ou com o desvio de mais de 200 milhões de euros do PRODOR para outras áreas. 3 - O PCP e os eleitos da CDU reiteram hoje o que vêm afirmando há décadas. O problema dos incêndios florestais só pode ser resolvido com uma efetiva política de ordenamento florestal, contrariando as extensas monoculturas, de limpeza da floresta, de plantação de novas áreas de floresta tradicional, combatendo a hegemonia do eucalipto – que passou a ser a espécie que ocupa mais área no País, incluindo em alguns Concelhos do Algarve, à frente do pinheiro bravo e do sobreiro –, de abertura de caminhos rurais e aceiros, de valorização da agricultura e da pastorícia, de ocupação do espaço rural. Ordenamento assente num rigoroso cadastro da floresta portuguesa, indispensável para caracterizar com rigor a nossa floresta, os seus principais constrangimentos e os seus proprietários que, apesar de sucessivamente anunciado, não tem saído do papel ou da experiências piloto. É também indispensável uma ação de combate decidido às espécies infestantes que proliferam pela nossa floresta e que hoje se tornaram dominantes em algumas áreas do País. Ordenamento que só resultará, garantindo aos produtores um preço justo pela madeira que, por ação do autêntico monopólio do eucalipto e da pasta de papel, se mantém a níveis semelhantes aos de há dez anos atrás, apesar dos custos de manutenção encarecerem a cada dia que passa. Ordenamento que terá que contar, por um lado, com um dispositivo permanente de equipas de sapadores florestais. Por outro lado, como o PCP propôs na anterior legislatura, é ainda necessário retomar o Corpo de Guardas Florestais, integrado numa política de reforço das estruturas



Fl. 95v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

desconcentradas do Ministério da Agricultura, capazes de assegurar o acompanhamento, aconselhamento e apoio aos pequenos proprietários que detêm a esmagadora maioria da área florestal e que é necessário respeitar na sua especificidade. 4 - O PCP e os eleitos da CDU, consideram necessária uma enérgica e imediata intervenção do Governo, com vista a assegurar o reforço dos meios de emergência e de combate, tendo em conta que a época de fogos ainda não terminou; o levantamento imediato de todos os prejuízos; o acionamento de medidas de exceção tendo em conta a gravidade da situação criada, para acudir em primeiro lugar às famílias atingidas, mas também aos equipamentos, às atividades económicas e, designadamente, à agricultura. Importará ainda que o Governo desbloqueie os meios do PDR 2020 e do Orçamento do Estado, designadamente do Fundo Florestal Permanente, que o anterior Governo manteve sempre sob uma gestão opaca, para que sejam realizados os investimentos necessários. Deve também prosseguir a renovação de frotas, a valorização do pagamento às Equipas de Combate a Incêndios Florestais, mais investimento em equipamento tecnologicamente mais avançado, em equipamentos terrestres e aéreos e em maior disponibilidade de meios humanos. Estes são elementos que se confirmam como necessários, para aliar à coragem, dedicação e abnegação de milhares de homens e mulheres que, com risco das próprias vidas enfrentam este flagelo nacional. Face ao exposto os eleitos da CDU propõem que: A Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Sessão Ordinária a 27-09-2016, delibere: 1 - Recomendar ao Governo a implementação de outra política agrícola, outra política florestal, definição da defesa da floresta portuguesa como prioridade da ação política, a par da ajuda imediata às populações atingidas. Enviar esta Moção: - Primeiro-Ministro; - Ministra da Administração Interna; - Ministro do Ambiente; - Ministro da Agricultura; - Autoridade Nacional de Proteção Civil; - Diretor Nacional de Bombeiros da ANPC; - Presidente do Instituto Nacional de Emergência Médica; - Diretor-geral da Administração Local; - Presidente da Escola Nacional de Bombeiros; - Diretor do Instituto de Socorros a Náufragos; - Associação Nacional de Municípios Portugueses; - Associação Nacional de Freguesias. 2 - Saudar a equipa de Sapadores da Associação de Municípios “Terras do Infante”, pelo trabalho desenvolvido.”-----  
-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): “O PSD concorda com a parte final da proposta, mas não concorda com os considerandos escritos pela CDU, que acusam o PSD de ser o responsável pelos incêndios florestais.”-----  
-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “A grande maioria das pessoas portadoras de deficiência vivem no nosso País com graves carências económicas e sociais e mesmo as que dispõem de mais recursos não conseguem aceder a um vasto conjunto de direitos fundamentais que assegurem o direito a uma vida independente, ao exercício pleno dos seus direitos no domínio da saúde e da reabilitação, do direito à educação e à cultura, ao desporto, à formação profissional e ao emprego, à participação em igualdade em todos os domínios da vida em sociedade. A verdade é que no nosso País, o direito a uma vida autónoma, digna e independente é negado a milhares de pessoas portadoras de deficiência, que



frequentemente não conseguem mover-se dentro das suas áreas de residência e trabalho, vilas e cidades e aceder a edifícios públicos. No entanto e apesar do Decreto-Lei 163/2006 estabelecer que «as instalações, edifícios, estabelecimentos, equipamentos e espaços abrangentes referidos nos números 1 e 2 do artigo 2.º, cujo início de construção seja anterior a 22 de agosto de 1997, são adaptados dentro de um prazo de 10 anos, contados a partir da data de início de vigência do presente Decreto-Lei, de modo a assegurar o cumprimento das normas técnicas constantes do anexo que o integra», bem como sanções a aplicar em caso de manutenção destas desconformidades após o prazo referido, a verdade é que muito está por cumprir. As exigências colocadas por este diploma estão longe de estarem concretizadas, o que continua a pôr em causa o acesso das pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida a edifícios públicos, dificultando mesmo a sua simples circulação na via pública. O acesso a edifícios públicos – sejam estes da Administração Central, Regional ou Local – continua a estar fora do alcance de todas as pessoas, por subsistirem barreiras arquitetónicas que urge derrubar. Dado que este diploma entrou em vigor a 8 de fevereiro de 2007, o referido prazo cumprir-se-á dentro de menos de um ano, pelo que são urgentes medidas que permitam a concretização dos seus objetivos no nosso Concelho. Já passaram mais de 30 anos desde a primeira tentativa legal da eliminação das barreiras arquitetónicas, que se tem assistido a uma contínua desresponsabilização política e que não são respeitadas as normas técnicas na maioria de edifícios, estabelecimentos e equipamentos de utilização pública e via pública, como é de conhecimento geral pelo que consideramos que é urgente fazer um amplo levantamento da situação das acessibilidades no Concelho de Lagos. A Câmara Municipal é a entidade responsável pelo acompanhamento da aplicação no Concelho do Decreto-Lei, pelo que deveria proceder, periodicamente, à avaliação global do grau de acessibilidade dos edifícios, instalações e espaços do Concelho referidos no artigo 2.º deste diploma. O compromisso que assumimos é de contribuir para que se cumpra o direito à mobilidade, integração e autonomia das pessoas portadoras de deficiência, pelo que os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Bensafrim em 27 de setembro de 2016, recomende à Câmara Municipal de Lagos que: 1 – Elabore no prazo de 180 dias, com a participação das Juntas de Freguesia, Escolas, Forças de Segurança, movimento associativo e população em geral, e apresente a esta Assembleia, um levantamento da situação das acessibilidades a nível Concelhio, em termos do Decreto-Lei 163/2006. 2 - Elabore o Plano Local de Promoção da Acessibilidade como instrumento estratégico de natureza multidisciplinar, abordando espaços e equipamentos públicos, transportes, design, comunicação e infoacessibilidades e desenvolvendo ações de sensibilização, formação e participação na comunidade local, tendo o objetivo da melhoria da acessibilidade no Concelho de Lagos. E ainda dar conhecimento desta deliberação às Juntas de Freguesias e demais entidades envolvidas e à comunicação social.”-----  
-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) fez a respetiva apresentação do documento.----  
-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que a Câmara Municipal tinha apresentado um Plano de Acessibilidades que, ao que lhe pareceu, contemplava as



Fl. 96v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

situações referidas na Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, pelo que solicitou esclarecimentos sobre o assunto, à Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse não existir um plano completo do município, em termos de acessibilidades, apenas existem pequenos planos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) sugeriu a leitura do Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, para que que terem ideia do vasto trabalho que é necessário realizar neste âmbito das acessibilidades, sendo que o prazo para tal, que era de 10 anos, está a terminar.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) reforço o facto de ter assistido à apresentação, por parte da Câmara Municipal, de um Plano da natureza do que é solicitado na Recomendação.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse ter a perceção de que existe um Plano do género, na Câmara Municipal, apesar de não saber se o mesmo está, ou não, completo. Realçou o tempo demasiado que se está a levar para se cumprir a legislação sobre esta matéria, a qual já vem de há 30 anos. Disse que se alguém submeter um projeto para construção de uma moradia unifamiliar, a Câmara exige um plano de acessibilidades, no entanto ela própria não cumpre a legislação.-----

-----O Sr. José Santos (BE) perguntou o que o PS e o PSD, que geriram a Câmara Municipal nos últimos 30 anos, fizeram no âmbito das acessibilidades.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação.-----

### **DELIBERAÇÃO N.º 63/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “O SNS no Concelho de Lagos, tem, como instalações fundamentais, o Hospital de Lagos e o Centro de Saúde de Lagos e caracteriza-se, no funcionamento dos seus aspetos essenciais, por uma situação que não corresponde aos interesses e necessidades da população e contraria as tomadas de posição e opiniões dos Órgãos autárquicos: - O Hospital de Lagos foi incorporado na criação do Centro Hospitalar do Algarve, perdendo valências básicas indispensáveis à população; - Nunca teve prosseguimento o processo para a construção do necessário novo Hospital de Lagos; - O Centro de Saúde de Lagos tem sofrido sucessivas reduções das suas capacidades em recursos humanos e materiais, não resolvidas com a recente criação de uma Unidade de Saúde Familiar. - A Câmara Municipal de Lagos aprovou, na sua reunião de 17 de agosto de 2016, por unanimidade, uma Moção em que manifesta ao Governo “a sua preocupação pela falta de qualidade da prestação de Serviços de Saúde que estão a ser dispensados aos utentes do Hospital de Lagos e o protesto e a não aceitação do prosseguimento desta situação”, assim como “exige do Governo medidas urgentes que promovam a contratação dos profissionais de saúde necessários para colmatar o elevado número de utentes que não têm, em tempo útil, resposta nos Serviços de Saúde prestados no Hospital de Lagos.” Nesta Assembleia Municipal, desde o início deste processo de redução da qualidade e dimensão dos serviços prestados pelo Hospital de Lagos e



correspondendo aos anseios de longa data da população, têm tido lugar propostas, declarações e deliberações no sentido de recusar a situação criada, só completamente resolvida com a reversão do Centro Hospitalar do Algarve e a construção do novo Hospital de Lagos e o seu apetrechamento com meios humanos e materiais correspondentes à população residente e visitante ao conjunto dos 3 Concelhos das Terras do Infante. Por sua vez, a população de Lagos e autarcas das Terras do Infante têm participado em concentrações junto do Hospital de Lagos, promovida pela Comissão de Utentes do SNS, protestando contra a situação, como no dia 15 de março de 2014 em que aprovou a Moção: “Exigir do Governo medidas urgentes que criem condições para o bom funcionamento do Hospital de Lagos e dos Serviços de Saúde públicos em geral, com o apropriado atendimento e tratamento de doentes, e o respeito pelos trabalhadores de saúde, com o cumprimento do Serviço Nacional de Saúde”. Perante o sentir das populações, mais uma vez demonstrado publicamente nesta grande manifestação, a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em 28 de abril de 2014, deliberou “exigir do Governo respostas urgentes para resolver esta situação, que se vai agravar com a chegada da época balnear.” Novamente, em 13 de fevereiro de 2016, a Comissão de Utentes promoveu nova iniciativa, com manifestações populares em Lagos, Portimão e Faro, em que foi aprovada, por aclamação, uma Moção declarando que “Lutamos por melhores condições de funcionamento no SNS, contra a perda de valências hospitalares, por mais médicos, enfermeiros e técnicos de saúde, bem como pela melhoria das suas condições de trabalho, contra a degradação dos serviços hospitalares, contra o encerramento da maternidade de Portimão, e pelo fim do Centro Hospitalar do Algarve.” - Os progressos conseguidos no Centro de Saúde de Lagos com a criação da Unidade de Cuidados de Saúde, que permitiu que 10.000 utentes, até então deixados sem proteção de saúde, passassem a dispor de médico de família, não eliminaram nem a carência de meios humanos, recursos técnicos e material clínico em geral no Centro de Saúde, nem as deficiências das instalações atuais, necessitando de obras de remodelação de espaços. Verifica-se a falta de médicos, de enfermeiros, técnicos superiores e assistentes técnicos, assim como, em termos de equipamento informático, a insuficiência da banda larga e a carência de impressoras. Perante esta situação, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Bensafrim em 27 de setembro de 2016, delibere: 1 - Solidarizar-se com a deliberação tomada por unanimidade na Câmara Municipal de Lagos manifestando “a sua preocupação pela falta de qualidade da prestação de Serviços de Saúde que estão a ser dispensados aos utentes do Hospital de Lagos e o protesto e a não aceitação do prosseguimento desta situação”, assim como “exige do Governo medidas urgentes que promovam a contratação dos profissionais de saúde necessários para colmatar o elevado número de utentes que não têm, em tempo útil, resposta nos serviços de saúde prestados no Hospital de Lagos.” 2 - Mais uma vez exigir do Governo a reversão da fusão dos Hospitais de Faro, Portimão e Lagos no Centro Hospitalar do Algarve, com a atribuição dos meios humanos, materiais e financeiros necessários à prestação de cuidados de saúde de qualidade. 3 - Também mais uma vez, exigir do Governo a retoma, com a justa atribuição de prioridade, da realocização do Hospital de Lagos,



Fl. 97v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

anseio repetido há décadas pelas populações e autarquias das Terras do Infante. 4 - Exigir que o Governo reconheça a urgência e proceda de acordo, em remodelar, equipar e apetrechar em meios humanos e materiais o Centro de Saúde de Lagos e suas Extensões de Saúde, para adequadamente responder às necessidades dos utentes do Concelho de Lagos. 5 - Dar conhecimento desta deliberação ao Governo, ARS Algarve, às autarquias locais dos Concelhos das Terras do Infante e à comunicação social.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) perguntou o que é que a CDU entendia por “relocalização do Hospital de Lagos”.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que há já largas décadas que tanto a Assembleia Municipal, como a Câmara Municipal, têm tomado posições no sentido das instalações do atual Hospital de Lagos, passarem para um outro terreno, e como tal ainda não se concretizou, a reivindicação deve ser recordada.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) chamou à atenção para o local onde poderá vir a ser relocalizado o Hospital de Lagos, uma vez que nem todas as localizações são indicadas para tal equipamento.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 64/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Os jogos tradicionais portugueses traduzem a história e a cultura do nosso País. Representam uma parte relevante da memória e identidade nacionais, enquanto agentes de cariz intergeracional, constituindo, por isso, um valioso património cultural que necessita de ser preservado e promovido junto das novas gerações. Esta realidade lúdica e social significa o bem-estar e o lazer associados à saúde física e mental. Interagindo com a ética e o respeito pelo próprio e pelos outros, viabiliza o desiderato da inclusão social no processo de socialização de pessoas com ou sem deficiência. De acordo com o Instituto de Apoio à Criança, brincar é uma necessidade vital para a criança, sendo o jogo o seu meio privilegiado de expressão. O jogo está associado ao desenvolvimento psicológico da criança e à sua construção intelectual, apelando ao seu crescimento sensorial, motor, afetivo e intelectual. Quanto mais diversificadas forem as atividades lúdicas da criança, tanto maior será o êxito nos seus trabalhos escolares e nas suas relações com os outros, incluindo a família e a comunidade escolar. Asfixiar a tendência de lazer da criança contribui para o aparecimento de estados patológicos indesejáveis e perniciosos, enquanto a atividade lúdica desenvolve a criatividade e favorece a conceção de ideias e a livre associação de pensamentos. O jogo tem ainda um papel preponderante na destreza física e mental e na formação do psiquismo infantil. Assim, considerando que pedagogos e psicólogos avaliaram as virtudes socializantes do jogo no reforço dos laços de cooperação; Que brincar é descobrir, de uma forma harmoniosa, o relacionamento da criança consigo própria, com os outros e com o meio, potenciando a integração social; Que o papel dos jogos na educação, no universo escolar e fora dele é



fundamental; Que pertence à escola e à comunidade escolar formar as crianças para a utilização e escolha dos brinquedos mais adequados, concebidos não somente como auxiliares pedagógicos, mas com a função do prazer, de rir, criar e inventar; Que, em suma, as experiências do brincar na escola contribuem para o fortalecimento de vínculos afetivos, sociais e de camaradagem; Considerando ainda que a Convenção dos Direitos da Criança reconhece à criança, no seu Artigo 31.º, “o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística (...) em condições de igualdade”; Considerando a International Play Association que brincar, a par da satisfação das necessidades básicas de nutrição, saúde, habitação ou educação, para além do amor e do afeto, é uma atividade fundamental para o desenvolvimento de todas as crianças; Considerando que a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto e a Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais recensearam jogos em vias de extinção ou extintos, tendo, de seguida, organizado uma exposição pública com mais de uma centena desses jogos, descrevendo a sua composição, técnicas e práticas; Considerando que já em 1994 este tema dos JOGOS TRADICIONAIS mereceu a atenção da Delegação de Faro do Instituto Português da Juventude, Universidade do Algarve (Escola Superior de Educação) e do Instituto do Desporto da Região do Algarve, com a promoção conjunta do 1.º Encontro de Jogos Tradicionais do Algarve, que teve lugar em Faro; Considerando que a Câmara Municipal de Lagos executou, através do Sector do Desporto, um levantamento técnico analítico contendo a descrição dos Jogos Tradicionais Portugueses, suas denominações, tipologias e características psicossociais e desportivas, visando a sua implementação nas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico do Concelho; Considerando que nas atividades lúdicas e de ocupação de tempos livres “há vida” para além dos jogos denominados eletrónicos. Neste sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Bensafim em 27 de setembro de 2016, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lagos que: 1 - Reconheça as vantagens cívicas, sociais e familiares que os Jogos Tradicionais propiciam, numa perspetiva e dimensões cultural, educativa, desportiva, lúdica e de integração social. 2 - Considere o benefício destes jogos para projetos futuros ligados à política dos solos, a zonas de lazer e a programas desportivos escolares. 3 - Estabeleça acordos de parceria tendentes à promoção dos jogos tradicionais portugueses, designadamente, com a Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais. 4 - Dinamize, junto das crianças e jovens do Município de Lagos, em colaboração com os Agrupamentos Escolares de Lagos e as Juntas de Freguesia, atividades lúdicas e desportivas com base nos jogos tradicionais portugueses. 5 – Proceda à edição duma brochura contendo o atrás referido estudo sobre os Jogos Tradicionais Portugueses efetuado pelo Setor do Desporto, para efeitos da sua divulgação junto da comunidade escolar, movimento associativo e público em geral do Concelho. 6 – Estabeleça os necessários contatos com a Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais, para efeitos de trazer a Lagos a exposição que organizou desses jogos, descrevendo a sua composição, técnicas e práticas. 7 - Enviar a presente deliberação à Câmara Municipal de Lagos, Juntas de Freguesias,



Fl. 98v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Agrupamentos Escolares, Associações de Pais, Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais, Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto e órgãos de comunicação social.”-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) solicitou esclarecimentos ao Grupo Municipal da CDU sobre o que este Grupo entende por “Jogos Tradicionais”.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que junto à Recomendação foi anexo um estudo feito pela Câmara Municipal de Lagos, em 1994, quando a mesma era presidida pelo Sr. José Valentim, que fez o levantamento de todos os jogos tradicionais.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 65/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: “Nos dias que marcam o início de um novo ano letivo, a gratuidade dos manuais está garantida para todas as crianças que iniciam o seu percurso escolar no ano letivo de 2016/2017. A gratuidade dos manuais escolares deve ser para todo o ensino obrigatório. São um instrumento fundamental para a aprendizagem e têm um peso crescente e muito significativo nas despesas familiares e constitucionalmente o ensino obrigatório deve ser gratuito. Na posição conjunta assinada entre o PCP e o PS que permitiu uma nova solução política para o País, foi incluída a progressiva gratuidade dos manuais escolares para todo o ensino obrigatório. Não tendo sido possível um acordo que permitisse ir mais longe na aplicação desta medida já no início do ano letivo, o PCP propôs e foi aprovada a gratuidade dos manuais para todas as crianças que iniciam o seu percurso escolar no ano letivo de 2016/2017. Portugal é dos poucos Países da União Europeia, em que não é assegurado o acesso gratuito aos manuais escolares. A grande maioria das famílias portuguesas, com filhos em idade escolar, continuam a viver em agosto e setembro um autêntico pesadelo, para adquirirem os manuais escolares e outro material didático. Situação que se agrava quando são confrontadas com uma situação económica e social marcada pelo desemprego, os baixos salários, a pobreza. Situação que se agravou até 2015, pelo facto do Governo PSD-CDS ter acordado com as editoras um aumento anual dos manuais de 2,6%, independentemente da variação anual do valor da taxa de inflação. Portugal é hoje, apesar da Constituição da República Portuguesa consagrar a gratuidade do ensino obrigatório, um dos Países da União Europeia onde as famílias mais custos têm com a Educação. De acordo com os dados do último inquérito realizado pelo INE às Despesas Familiares, um agregado familiar com uma ou mais crianças dependentes, tem custos médios com a educação de 1.090 euros/ano. A gratuidade dos manuais escolares é um passo significativo na concretização de um preceito constitucional que comete ao Estado o dever de assegurar a todos o acesso ao ensino, garantindo a igualdade de oportunidades e a sua gratuidade e vai permitir novos avanços no combate ao abandono e insucesso escolares. São mais de 80.000 crianças que vão frequentar o 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico que vão receber gratuitamente os



manuais escolares. Uma medida que representa uma poupança de cerca de 3 milhões de euros para as famílias. O manual escolar impresso é ainda hoje um dos elementos mais utilizados e eficazes no processo ensino/aprendizagem, embora cedendo algum espaço por força da evolução tecnológica e da utilização crescente de outros meios. O manual escolar destina-se primordialmente ao aluno, por isso deve - além de veicular conhecimentos - contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos jovens, sem recurso à memorização e reprodução fiel dos conteúdos, bem como estimular a atitude crítica perante a informação recebida. A CDU defende que os manuais escolares devem ser atribuídos a título definitivo, de modo a que fique garantido que, na relação com o livro, o aluno não esteja condicionado pela ameaça de que os pais, caso o manual se degrade, terem de vir a pagá-lo. Esta opinião é reforçada pelo facto dos manuais, no caso do 1.º ano do 1.º ciclo, estarem concebidos para os alunos escreverem e desenharem. Face a preocupações e dúvidas que têm chegado até nós por parte de pais, sobre a informação que recebem de que os manuais terão que ser devolvidos ou pagos se estiverem degradados. Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Bensafrim a 27 de setembro de 2016, delibere: 1 - Saudar o início de atribuição gratuita de manuais escolares aos alunos do ensino obrigatório; 2 - Recomendar ao Governo e Assembleia da República que, no Orçamento de Estado para 2017 esta medida abranja todo o 1.º ciclo; 3 - Solicitar ao Ministério da Educação e Câmara Municipal o esclarecimento público urgente sobre se os manuais escolares são oferecidos ou cedidos para o ano letivo, com pagamento se forem entregues degradados. 4 - Dar conhecimento desta deliberação às Associações de Pais do Concelho e comunicação social.”-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) disse que a questão colocada no ponto 3 da Recomendação já foi esclarecida pelo Ministério da Educação, junto das escolas, pelo que só serão considerados inutilizados manuais escolares que no fim do ano letivo venham sem capa, sem folhas ou rasgados.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 66/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do BE: “O nosso património cultural é mais do que a memória do nosso passado; é a chave para o nosso futuro». Na semana passada, a Comissão apresentou uma proposta ao Parlamento Europeu e ao Conselho para designar 2018 como o Ano Europeu do Património Cultural. Neste contexto, a Comissão pretende chamar a atenção para o papel do património cultural da Europa na promoção de um sentido partilhado de identidade e história. Dos sítios arqueológicos à arquitetura, dos castelos medievais às tradições folclóricas e às artes, o património cultural está no âmago da memória e da identidade coletivas dos cidadãos. A grande diversidade nacional, regional e local constitui um catalisador único de intercâmbios entre gentes de todas as idades, contextos sociais e culturas. Em Lagos, o património cultural oferece um forte potencial em termos de promoção



Fl. 99v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

da coesão e da integração sociais, através da criação de postos de trabalho e da promoção de um sentimento partilhado de pertença. Por isto, e também porque alguns dos tesouros do património cultural local, nacional e mundial estão atualmente ameaçados ou são destruídos deliberadamente em zonas de conflito, o Bloco de Esquerda entende que é urgente a criação de serviços mínimos na cultura. A Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Sessão Ordinária no dia 27 de setembro de 2016, delibera: 1 - Recomendar à Câmara Municipal de Lagos que a partir do próximo orçamento 1% do mesmo seja destinado à recuperação e conservação do património cultura. 2 - Exortar à Câmara Municipal a divulgação desta prática para que ela se estenda a todo o território nacional.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Moção.---

### DELIBERAÇÃO N.º 67/AM/2016:

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do BE.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, o seguinte Voto de Louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do PS: “Um Voto de Louvor a José Inácio Cintra Sermenho, pelo resultado alcançado no “I Campeonato Mundial de Trap5” classificando-se no lugar mais alto do Pódio. Campeão Mundial de Trap5, na categoria de superveteranos. Um Voto de Louvor ao patinador do Roller Lagos Clube de Patinagem, Diogo Marreiros, pelo 3.º Lugar alcançado na prova de 10000 metros, no “Campeonato Mundial de Patinagem de Velocidade”, que decorreu em Nanquim, China.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) sugeriu a extensão do Voto de Louvor, na sua parte final, ao Roller Lagos.-----

-----O Grupo Municipal do PS, comunicou a aceitação da sugestão.-----

-----Posto isto, passou-se à votação do Voto de Louvor.-----

### DELIBERAÇÃO N.º 68/AM/2016:

-----**Aprovado**, por unanimidade, o seguinte Voto de Louvor apresentado pelo Grupo Municipal do PS: “Um Voto de Louvor a José Inácio Cintra Sermenho, pelo resultado alcançado no “I Campeonato Mundial de Trap5” classificando-se no lugar mais alto do Pódio. Campeão Mundial de Trap5, na categoria de superveteranos. Um Voto de Louvor ao patinador do Roller Lagos Clube de Patinagem, Diogo Marreiros, pelo 3.º Lugar alcançado na prova de 10000 metros, no “Campeonato Mundial de Patinagem de Velocidade”, que decorreu em Nanquim, China, bem como ao Roller Lagos Clube de Patinagem.”-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PS: “Naturalmente, a limpeza urbana reveste-se de grande importância na garantia da saúde, segurança e qualidade de vida das populações, pelo que, é com especial desagrado e preocupação, que se observa que a ALGAR, enquanto entidade responsável pela escolha seletiva de resíduos no nosso Concelho, não tem vindo a disponibilizar a melhor resposta às necessidades da população. Tem-se constatado que, não obstante o aumento, no ano de 2016, dos valores de recolha, o que se evidencia no quadro seguidamente apresentado, fornecido pela própria empresa, a resposta oferecida não tem garantido a eficácia e



eficiência que se impõem às necessidades e situações apresentadas.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Vidro 2016	61106	79740	106907	80310	100588	194022	177774					
Vidro 2015	73918	52220	92169	87629	108570	164506	177446	192565	169193	122680	97716	66114
Diferença	-12812	27520	14738	-7319	-7982	29516	328					
%	-17,33	52,70	15,99	-8,35	-7,35	17,94	0,18					
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Papel 2016	60326	54547	71542	69886	79337	82221	103351					
Papel 2015	54583	50771	65635	65276	68167	85070	98130	115422	79750	73856	62385	60593
Diferença	5743	3776	5907	4610	11170	-2849	5221					
%	10,52	7,44	9,00	7,06	16,39	-3,35	5,32					
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Emb 2016	40688	43607	51027	58001	72996	85516	95240					
Emb 2015	36386	36846	36020	42705	43044	45288	72532	77136	60317	51770	41825	38981
Diferença	4302	6761	15007	15296	29952	40228	22708					
%	11,82	18,35	41,66	35,82	69,58	88,83	31,31					

Atentos à situação temos conhecimento que, os serviços municipais têm diligenciado vários contatos telefónicos e via e-mail com a empresa, num total de 195 desde o início do corrente ano, no sentido de transmitir o seu desagrado/ descontentamento, todavia sem evidências de sucesso na alteração do procedimento. Com desagrado, verifica-se ainda, situação semelhante no que se refere à Ambilinha, que é um serviço da ALGAR especialmente direcionado para a área comercial, realizando recolha porta a porta. Neste sentido, propomos que a Assembleia Municipal: - Recomende à ALGAR uma reflexão exaustiva sobre os serviços prestados na área do Município; - Recomende à ALGAR que apresente um plano contendo as ações previstas, tendo como objetivo resolver os constrangimentos detetados; - Remeta à AMAL – Comunidade Intermunicipal do Algarve esta Moção, para seu conhecimento e efeitos que assim considere.”-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) perguntou qual a fonte que esteve na base dos dados apresentados no documento e se o mesmo será mesmo para enviar para a Algar ou para a Câmara Municipal.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos) esclareceu que os dados tinham sido cedidos pela Algar a pedido do PS de Lagos. Disse que o documento, caso aprovado, será para ser remetido diretamente para a Algar, uma vez que a Câmara Municipal tem feito reclamações, quase diariamente, para a Algar, pelo que a Moção apresentada é um reforço das reclamações feitas pela Câmara Municipal.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) relativamente à falta de limpeza, disse que o que verifica é uma grande falta de civismo, não penalizada.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que a reclamação deveria ser extensiva à Câmara Municipal, à AMAL e à Ecoambiente, porque as queixas relativamente à falta de limpeza no Concelho, é geral.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse ter ficado surpreendido com a apresentação da Moção, uma vez que a Câmara Municipal faz parte da Algar, mas se



Fl. 100v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

a posição é para reforçar as reclamações da Câmara Municipal, então a mesma terá o seu apoio.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) anunciou o voto a favor da CDU, na Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS, tendo acrescentado que, na opinião da CDU, os problemas relacionados com a limpeza do Concelho, não está só na Algar.-

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo de Lagos) sobre os resíduos sólidos urbanos, disse que o problema se verifica, mas o mesmo está a ser resolvido, tendo sido adquiridos novas viaturas para tal.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 69/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS.-----

-----Declaração de Voto, efetuada pelo Sr. Fernando Marreiro (PSD): “Nós votamos a favor da proposta, naturalmente, mas gostaríamos de reforçar que esta proposta deveria ser dirigida à Câmara Municipal e a Assembleia Municipal devia acompanhar o pressuposto da Câmara Municipal à Algar. Não vejo que seja a Assembleia Municipal a mandar Moções diretamente para a Algar, quando esta Assembleia é o Órgão fiscalizador da ação da Câmara Municipal e não da Algar.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) anunciou a sua intervenção inicial, como Declaração de Voto.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Moção, apresentada pelo Grupo Municipal do PS: “Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lagos saúdam toda a comunidade educativa do Concelho e desejam que o próximo ano letivo decorra com a calma e a tranquilidade necessárias a um ambiente que se pretende de aprendizagem, crescimento e felicidade. Sabemos que este ano a definição da rede escolar e consequente validação das turmas e cursos decorreu de forma atempada e com critérios mais abertos, permitindo que localmente fossem tomadas decisões mais justas e de acordo com as reais necessidades dos alunos e famílias. Também a alteração da legislação de colocação de professores promovida por este Governo permitiu que, pela primeira vez nos últimos quatro anos, as escolas do nosso Concelho tenham praticamente todos os professores colocados, bastando apenas contratar alguns técnicos especializados ou algumas substituições temporárias. Continuam, no entanto, a subsistir necessidades de pessoal não docente, principalmente assistentes operacionais, sendo que só foi possível providenciar a abertura de alguns estabelecimentos de ensino com o esforço e apoio da Câmara Municipal de Lagos que contratou prestações de serviços na área da limpeza e segurança/vigilância enquanto não estiver concluída a contratação em curso de 15 assistentes operacionais para os agrupamentos de escolas. Saudamos esta medida pois tem sido, de acordo com o nosso conhecimento, uma ferramenta de gestão de pessoal muito importante para que as escolas funcionem de forma regular. Saudamos também as decisões tomadas pelo Governo e pela Câmara Municipal em oferecer os manuais escolares a todos os alunos do 1.º ciclo, sendo da responsabilidade do Ministério da Educação a aquisição dos livros do 1.º ano e da responsabilidade da Câmara os restantes anos de escolaridade. Estas decisões irão



permitir que muitas famílias do nosso Concelho comecem o presente ano letivo com uma pequena “folga” financeira, tão necessária nos tempos que correm. Tendo em conta algumas notícias veiculadas na comunicação social e algumas dúvidas colocadas por professores, pais e comunidade em geral, saudamos a decisão recentemente tomada pelo Ministério da Educação e pela Câmara Municipal em esclarecer publicamente a comunidade educativa que, tratando-se de um empréstimo de manuais escolares, os mesmos terão de ser devolvidos no final do ano escolar, podendo ser utilizados normalmente e de forma plena pelos alunos, podendo estes, designadamente, preencher e escrever nos “espaços livres” especialmente destinados ao efeito, proceder à aposição de autocolantes e separar destacáveis, etc., conforme tem sido efetuado em anos anteriores, não devendo ser considerado em mau estado um manual utilizado nestes termos. Para que esta medida possa passar a ter total aceitação e ser mesmo um instrumento pedagógico ao serviço das nossas crianças e jovens, a Bancada do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal que elabore e faça aprovar um Regulamento Municipal de Atribuição de Manuais Escolares aos alunos do 1.º ciclo.”-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o Grupo Municipal da CDU nada tinha a opor que o PS fizesse tal recomendação à Câmara Municipal.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 70/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS.-----

-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Face às atuais perdas de água que se situam na ordem dos 30%, face ao estado e aos anos de grande parte da rede de abastecimento água em baixa, face às queixas dos munícipes e à ausência de conhecimento desta Assembleia da estratégia municipal para esta situação. Os cidadãos e o Município de Lagos não podem continuar a pagar água que na realidade não consomem e sim se desperdiça, gastando-se milhares de euros por ano sem proveito nem benefício para ninguém. É estratégico agir rapidamente neste domínio através da elaboração de um diagnóstico global do estado da rede de abastecimento de água em baixa e de todos os seus equipamentos (ex. Estações elevatórias, informatização da rede e outros), para se definir “prioridades de intervenção”. Nesse sentido, os eleitos do PSD, propõem que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal que: 1 - Execute um diagnóstico global do estado da rede de abastecimento de água em baixa e de todos os seus equipamentos (ex. Estações elevatórias, informatização da rede, outros); 2 - Que o diagnóstico englobe a viabilidade de se reforçar ou se expandir o abastecimento de água canalizada em zonas, como o Chinicato, o sítio do Colégio em Bensafrim, o sítio da Pedragosa em Barão de S. João, entre outros.”-----

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, passou-se à votação da Recomendação.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 71/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Recomendação apresentada pelo Grupo



Fl. 101v.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Municipal do PSD.-----  
 -----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Recomendação, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Em causa, está a ocupação há vários anos dos terrenos privados junto ao Parque Urbano de Bensafrim por um conjunto de arrecadações/armazéns/habitações, que se encontram há muito por legalizar de forma plena. Trata-se de uma ocupação com conhecimento da Câmara Municipal, que entre outros aspetos disponibilizou o acesso à da rede pública de água e saneamento. Assim como da Junta de Freguesia que vendeu alguns dos terrenos e legitimou as construções existentes. Perante a antiguidade e indefinição desta situação, associando-se a isso a vontade dos proprietários em legalizar o edificado, a possibilidade urbanística do seu enquadramento só é concretizável através de uma alteração/revisão ao Plano de Pormenor de Bensafrim, que atualmente não contempla aquelas construções naquele local. Face ao exposto, os eleitos do PSD, propõem que a Assembleia Municipal delibere, propondo à Câmara Municipal que: - Que pondere de forma urgente uma alteração/revisão ao Plano de Pormenor de Bensafrim que contemple a regularização urbanística destas construções de forma definitiva.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que a questão em causa, há muito que é falada, pelo que gostava de saber o porquê da situação ainda não estar resolvida, ao ponto de, mais uma vez, ter-se que estar a repetir o mesmo e se esse repetir vai ter algum efeito prático.-----

-----O Sr. João Luís Gomes (PS) disse que existem armazéns com área bastante reduzidas, segundo a opinião dos técnicos, o que contou aquando da tentativa de resolução do problema, no entanto existem outros que podem ser contemplados com a situação exposta, pelo que na próxima revisão do Plano, tal situação poderá ser contemplada.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse estar na hora de serem os políticos a darem opinião.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Recomendação, tendo-se verificado o seguinte resultado:

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	0	5	3	3	1	1	<b>13</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	12	0	0	0	0	0	<b>12</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>

-----**DELIBERAÇÃO N.º 72/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----Declaração de Voto, efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): “O PSD, mais uma vez, ficou na dúvida de o PS quer, ou não, legalizar os armazéns, uma vez que teve o Poder na Câmara e fez uma proposta de Plano de Urbanização, que não contemplava esta legalização. O PSD reafirma, mais uma vez a vontade em promover uma alteração e revisão do Plano de Pormenor com a nova legislação, que pode ser feita a qualquer momento.-----



-----Foi presente ao Plenário, para apreciação e votação, a seguinte Proposta, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: “Os bairros de arrendamento social não são apenas pessoas e casas, mas sim um determinado conjunto de estruturas, instituições e grupos, que têm a necessidade de ser seguidos de perto e de forma assídua por parte da Câmara Municipal”. Em visita realizada ao Bairro de Habitação Social de Bensafrim é visível o estado de abandono que o mesmo se encontra. Face ao exposto, os eleitos do PSD, propõem que a Assembleia Municipal delibere, propondo à Câmara Municipal que: 1 - Faça as diligências necessárias junto da Junta de Freguesia para que esta proceda de imediato a uma intervenção no bairro no sentido de requalificar os espaços verdes exteriores, reparar o parque infantil e inspecionar os telhados dos vários blocos no sentido de aferir o seu estado de impermeabilização; Caso não seja possível a Junta de Freguesia executar o proposto por falta de meios financeiros ou logísticos, que seja a Câmara Municipal a assumir essa requalificação.”-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) perguntou ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, se a Junta de Freguesia tinha capacidade para responder ao Ponto 1 da Proposta.-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) disse que a Junta de Freguesia quer chegar a todo o lado, mas a capacidade para tal é limitada.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse que é com muito custo que constata as dificuldades financeiras por parte das Juntas de Freguesia.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Proposta.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 73/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 30 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 51 minutos.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 74/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----Não participou nesta votação, por se encontrar ausente da Sala, o Sr. Nuno Marreiros (PS) (Secretário da Junta de Freguesia da Luz).-----

-----**PONTO 1 - ASSUNTOS RESPEITANTES À UNIÃO DE FREGUESIA DE BENSFRIM E BARÃO DE S. JOÃO:** O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João), fez a seguinte intervenção: “Muito boa noite, Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à restante Mesa, Exmo. Sr. Vice-Presidente da CML, Srs. Vereadores, caros Colegas Deputados Municipais, ao público presente. Queria dar-vos em primeiro lugar as



Fl. 102v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

boas vindas à Vila de Bensafrim. Esta é forma de envolver a população nas decisões e ações do Poder político, em segundo lugar agradecer também ao Estrela Desportiva de Bensafrim a cedência deste espaço com muita história para todos nós naturais de Bensafrim. Esta é uma Sessão com o 1.º ponto dedicado à União das Freguesias de Bensafrim e Barão de São João onde tentaremos com o tempo que temos, abordar e esclarecer todos os assuntos que suscitam interesse ou preocupação nas nossas freguesias. Gostaria também de aproveitar o momento para fazer um balanço deste mandato onde nos deparamos com um cenário de duas freguesias rurais com especificidades e características diferentes, unidas por via de uma decisão do Partido Social Democrata que não trouxe qualquer vantagem para a população nomeadamente a população rural. As principais apostas deste executivo foram: - aumentar o quadro de pessoal pois diariamente éramos confrontados com a incerteza do dia seguinte relativamente ao cumprimento das tarefas diárias de uma área que compreende 65% da área do concelho. Com esta medida geramos emprego cumprindo assim uma das nossas propostas eleitorais; esta foi uma batalha vencida, conseguimos a abertura de concurso público e a admissão de 3 funcionários: - 1 na categoria de coveiro; - 2 na categoria de Assistentes operacionais. - Investimos num carro ligeiro de 3.500 Kg de forma a dar resposta às necessidades diárias da nossa área de influência; Investimos no processo de legalização dos dois Dumpers que são essenciais para dar apoio às nossas tarefas diárias. Investimos na substituição do sistema de rega do Campo de futebol sintético de Bensafrim, pois para quem desconhece a manutenção destes relvados mesmo sintéticos passa por regas diárias de forma a arrefecer a borracha que suporta a relva; Investimos no Polidesportivo de Bensafrim com a construção de novos muros e substituição de toda a vedação existente que não oferecia segurança nem dignidade àquele espaço. Investimos na EB1 de Bensafrim com a reparação e pintura do edifício e dos muros envolventes. Investimos no calcetamento da rua da Fonte velha onde já nestes próximos dias iremos também concluir este passeio e executar a obra de calcetamento do Cemitério de forma a tornar o espaço mais digno e harmonioso. Dotamos o Parque Urbano de Bensafrim de um equipamento de ginástica ao ar livre onde queremos também brevemente garantir este tipo de equipamento em Barão de São João; Iniciamos o procedimento de concurso público para aquisição de duas linhas de Skate Parque para Bensafrim e barão de São João. Centralizamos os serviços na antiga sede da Junta de Freguesia de Barão de São João de forma a garantir mais conforto e comodidade à população de Barão de São João. Reparámos e pintámos vários edifícios Público: -Igreja de Barão de São João, o edifício a Paragem “; ultimamente o Mercado de Bensafrim e lojas anexas com a substituição de toldos de sombra na Padaria e talho. Requalificamos e ajardinamos o espaço contíguo a esta. Estamos a concluir a reparação e pintura exterior do Centro Cultural de Barão de São João. Garantimos a limpeza diária assim como a manutenção de espaços verdes em Bensafrim e Barão de São João, Manutenção semanal dos cemitérios. Vedamos com alvenaria o acesso ao interior da casa do Guarda na Mata Nacional de BSJ onde também iremos fazer uma intervenção de forma a preservar este património e todo o espaço envolvente. Notificamos também o ICNF com a competência na gestão do



perímetro florestal para em conjunto encontrar uma solução no sentido de resolver o problema do estacionamento de caravanas que pernoitam neste espaço assim como para a substituição de toda a sinalética que se encontra destruída ou sem qualquer leitura. Continuamos a apoiar alguns projetos que consideramos de extrema importância para a nossa população: Projeto orquestra de guitarras do Algarve com o seu polo em Barão de São João. Projeto viver o verão que garante a ocupação de cerca de 45 crianças das nossas freguesias durante os meses de Junho e agosto. A atividade das Bordadeiras. Apoiamos o Estrela de Bensafrim através da atribuição de subsídio, materiais de construção, tintas e mão de obra sempre que solicitado. Apoiamos o Grupo de teatro do Estrela Desportiva de Bensafrim a quem mais uma vez felicito pelo contributo que dão à projeção da nossa Vila. Apoiamos a Santa casa da Misericórdia com a cedência de viaturas para a deslocação dos utentes de Barão e Bensafrim de forma a participarem nas diversas atividades que se vão realizando ao longo do ano. Proporcionamos em colaboração com a Vicentina e o agrupamento escolar da EB1 de Bensafrim um curso de TIC para a população seniores; Proporcionamos em parceria com o IIEFP e a Vicentina um curso de formação de Aplicação de Fito -farmacêuticos para cerca de 35 candidatos em Bensafrim. Festejos: Garantimos anualmente dois dos eventos âncora do nosso concelho: a FETAAL e a Feira do Folar. As festas de natal para as crianças e para a terceira idade. Festa de elevação de Bensafrim a Vila, Santos Populares, A organização de dois passeios sénior. Garantimos duas Marchas/corrida regionais, uma em Bensafrim e outra em barão de são João. O circuito de atletismo tanto em Bensafrim como em Barão. O Duatlo na Mata de Barão. Apoiamos o encontro sénior na Mata de BSJ que envolveu a Santa Casa da Misericórdia, CASLAS e o Município de Lagos. Trouxemos para as nossas freguesias uma prova a contar para o regional de ralis (Rali Bensafrim Barão/Odiáxere) que contou com a participação de 24 concorrentes de vários pontos do País onde foi criado o Parque de assistência no Largo do Mercado e um troço entre o Cotifo/Pincho atraindo à nossa Vila muitos adeptos da modalidade. Com a determinação e o envolvimento da Câmara Municipal de Lagos fomos ao encontro de muitas necessidades da população que mandato após mandato foram ficando para segundo plano, com uma intervenção em todo o concelho, nomeadamente a Beneficiação da estrada de espiche/Barão que não oferecia qualquer segurança para quem nela circulava, a repavimentação do abatimento na estrada da Machada que liga Bensafrim a Barão, a beneficiação de arruamentos em Bensafrim e Barão de São João. Requalificação dos parques Infantis ficando em falta para a conclusão deste processo o parque da Mata de BSJ que não oferecia qualquer segurança a todos aqueles que semanalmente procuram aquele espaço que é único no nosso concelho. Certamente que contamos também com o apoio da CML para a resolução de alguns problemas que nos vêm preocupando ao longo dos anos e que têm sido transversais a vários executivos. Diariamente fazemos chegar à CML os nossos anseios e as preocupações da população: Frequentes interrupções no abastecimento de água na Vila de Bensafrim que após a construção deste troço de conduta com um período de garantia que se situa entre os 15/20 anos não sofreu qualquer intervenção passados aproximadamente 40 anos, ora este é um assunto que



Fl. 103v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

o fazemos chegar constantemente à CML que nos ouve e que se sensibiliza com os problemas dos seus munícipes, manifestando mais uma vez a determinação de pôr termo a esta situação com a substituição de todo o troço desta conduta de abastecimento de água desde o reservatório até ao final da vila de Bensafrim, de forma a devolver o regular fornecimento deste bem essencial à população de Bensafrim. Frequentes interrupções no fornecimento da Energia elétrica. Este é outro assunto que nos deixa a todos perplexos pois não temos como aceitar justificações para a não correção desta anomalia que afeta constantemente os habitantes de Bensafrim com os consequentes prejuízos em equipamentos domésticos. Temos notificado a EDP para a resolução definitiva deste problema e temos conhecimento que os serviços estão a fazer um levantamento para avaliar as necessidades de reforço desta linha, peço assim mais uma vez o envolvimento da CML na mediação deste assunto com a EDP de forma a tornar esta intervenção mais célere. Beneficiação de caminhos rurais. A nossa rede viária é maioritariamente composta por caminho rurais que ano após ano necessitam de constante manutenção de forma a permitir que todos aqueles que vivam mais afastados se possam deslocar com conforto e segurança. Tenho consciência de que insisto muito nestes assuntos, mas é de extrema importância para a nossa população. Já tivemos a oportunidade de fazer chegar aos serviços da CML, como é habitual anualmente, todos os caminhos rurais que consideramos como prioritária a sua beneficiação, aguardamos assim que este processo seja concluído o mais breve possível de forma a evitar as primeiras chuvas. Relativamente à beneficiação de troços em asfalto também queria manifestar aqui a preocupação deste executivo relativamente a alguns abatimentos na nossa freguesia que não garantem segurança aos seus utilizadores e este é motivo de sobra para nos empenharmos na sua resolução; Colinas Verdes esta é uma urbanização que não nos merece menor atenção relativamente também à sua rede viária onde aqui também fazemos o apelo à CML para que se encontre uma solução para minimizar a dificuldade que os seus moradores sentem diariamente onde, com a chegada do inverno se acentuam as dificuldades em circular. Estrada do Cotífo para a saborosa, estrada Cotífo/Vale de Lobo, subida da estrada do vale de lobo para o Pincho e subida do furadouro. Limpeza das linhas de água Como é do conhecimento geral a legislação determina a obrigatoriedade da limpeza das linhas de água por parte dos proprietários que confinam com estas no entanto com o desaparecimento da figura dos guardas rios estes proprietários deixaram de ser responsabilizados ficando assim as Juntas de Freguesia sem capacidade para notificar ou executar estas intervenções, pelo exposto reforço mais uma vez o pedido para a intervenção por parte da CML nomeadamente na ribeira da Machada, na ribeira de Bensafrim, vale Coelho e vale da Bordeira de forma a anular riscos e prejuízos materiais. Requalificação de alguns espaços públicos. Nomeadamente a envolvente da habitação Social em Bensafrim com a construção de muro de suporte de terras e a construção de bolsas de estacionamento para pôr fim ao estacionamento no pátio dos espaços onde é desejável que se circule apenas a pé e que as crianças brinquem sem receio de qualquer acidente. Envolvente do Lar São João Batista em Barão de São João Parque estacionamento junto ao cemitério de Barão de S. João. Habitação



Social Atribuição de 20 fogos de habitação na Urbanização Lacóbriga que é um processo que aguardamos o seu desfecho com alguma expectativa pois existem inúmeros jovens com o desejo de se fixarem em Bensafrim contribuindo assim para o aumento da população na nossa vila. Ainda na habitação Social também sabemos que está prevista uma intervenção por parte da CML na reabilitação e pintura dos blocos 1,2,3 e 4 em Bensafrim e no espaço envolvente, pergunto se já existe data definida para esta intervenção, pois existem várias queixas dos moradores relativamente ao estado em que se encontram as coberturas, uma preocupação que aumenta com a aproximação do inverno. “Abastecimento de água a zonas dispersas”. Sendo o direito ao abastecimento de água um direito básico e uma vez que ainda existem alguns aglomerados populacionais privados deste bem essencial no nosso território, é nossa obrigação zelar para que estas assimetrias sejam corrigidas nomeadamente no Pincho, Pedragosa, Colégio. Esta é também uma preocupação da CML concorrendo com várias Candidaturas ao novo quadro Comunitário de forma a enquadrar estes projetos de Abastecimento de água a zonas dispersas”. Solicito assim alguma informação relativamente ao avanço destas candidaturas. Limpeza de vegetação nas Bermas Este também é um assunto que nos preocupa e precisamos mais uma vez da colaboração por parte dos serviços da CML. O corte da vegetação nas bermas das estradas municipais e caminhos rurais são da nossa responsabilidade e quando digo nossas entenda-se de Junta as de menor dimensão e CML as estradas, temos que encontrar soluções para dar resposta a este problema de forma a minimizar qualquer risco de segurança para quem nelas transita. Temos algumas destas zonas sinalizadas que nos merecem maior atenção como: a estrada Bensafrim/Barão, a saída de Barão até às Capelas onde divide a freguesia de Barão, a estrada de Barão de São João até às Portelas, a estrada do Pincho desde a Nacional 120 até à ligação da estrada para o vale de lobo, subida do maranhão, Minhoto, ?? acesso da Nacional 120 ao Colégio, entre outras. Aguardamos com alguma ansiedade a resolução deste assunto. Limpeza de Lixo e Monos. Este é também um assunto que reporto diariamente à CML e não orgulha nem a CML nem qualquer Junta ou cidadão embora com um pouco de consciência cívica esta situação reduziria substancialmente o seu impacto. Julgo que a aposta por parte da CML na fiscalização e conseqüente penalização para os prevaricadores seria uma solução para pôr fim a este flagelo. Ampliação do Cemitério de Bensafrim. Como todos sabem o cemitério denominado de cemitério novo em Bensafrim encontra-se no limite da sua capacidade para exumações, a construção de uma lateral de gavetões há cerca de 4/5 anos já está com a sua ocupação quase lotada, a ampliação do cemitério tem sido um processo moroso pois obrigou a negociações com particulares e como sabemos para negociar também é necessária a capacidade financeira para as negociações, finalmente este executivo também não quis deixar este assunto por tratar e finalizou recentemente as escrituras dos terrenos envolventes. Temos como preocupação máxima, garantir a todos aqueles que partem da vida terrena, a possibilidade aos familiares de exumar os seus ante queridos na terra que os viu nascer. A questão que coloco é a seguinte: para quando está previsto o início do projeto para a execução desta obra dada a sua extrema necessidade.”-----



Fl. 104v.

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) fez uma intervenção enquadrada no Ponto da Ordem do Dia, a qual teve como base as políticas, as estratégias e as expetativas para a União das Freguesias de Bensafirim e Barão de S. João, na ótica do Grupo Municipal do PSD. Esta intervenção foi feita com o apoio de uma exibição em PowerPoint, a qual é composta pelos seguintes diapositivos:

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS**  
POLÍTICA, ESTRATÉGIA, E AS EXPECTATIVAS PARA A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BENSAFRIM E BARÃO DE S. JOÃO

"ASSUNTOS RESPECTANTES À UNIÃO DE FREGUESIAS DE BENSAFRIM E BARÃO DE S. JOÃO"

Sessão ordinária de 27 de Setembro de 2016

**PSD**  
GRUPO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Enquadramento:

«Nós consideramos que município necessita **urgentemente de um plano estratégico de intervenção**, no qual seja feito um **diagnóstico profundo** da realidade atual do concelho e onde se **possam estabelecer prioridades de atuação**» *Debate sobre o estado do Município - 2015*

**Os membros do PSD**  
Fernando Cristiano Marreiro  
Fernando Ramos Bernardes  
Adélia Fuzeta  
José Valentim Rosado  
Rui Machado da Araújo

**PSD**  
GRUPO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**1 ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BENSAFRIM E BARÃO DE S. JOÃO...**

<b>MANTÊM:</b>	<b>PERDERAM:</b>	<b>GANHARAM:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Serviços administrativos em Barão S. João</li> <li>Serviços administrativos em Bensafirim</li> <li>Serviços Operacionais em Barão S. João</li> <li>Serviços Operacionais em Bensafirim</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Um Executivo de Junta de Freguesia</li> <li>Proximidade dos Dirigentes Políticos aos Cidadãos</li> <li>Eventualmente operacionalidade na resolução de problemas</li> <li>Identidade própria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Um Presidente de Junta a meio tempo</li> <li>Maior capacidade de resposta e proximidade do Presidente da Junta às solicitações dos munícipes</li> <li>...</li> </ul>

**PSD**

**2 FACE ÀS VÁRIAS SITUAÇÕES DE DISCUSSÃO POLÍTICA QUE TEM MARCADO ESTE MANDATO EM VÁRIOS ASPECTOS A UNIÃO DE FREGUESIAS... E NOMEADAMENTE ALGUMAS ACUSAÇÕES À ATUAÇÃO DO ELEITOS PELO PSD!**

**IMPORTA REALÇAR QUE O PSD:**

- Em todos os órgãos onde está representado procura dar resposta às necessidades e expetativas dos fregueses/munícipes;
- Todas as propostas, posições, opiniões são suportadas e fundamentadas politicamente, após análises rigorosas (internas e externas ao funcionamento das instituições, seja uma Junta de freguesia ou câmara municipal);
- Não centralizamos a nossa atuação **agora**, na MISSÃO das instituições, temos por princípio projetar e praticar uma VISÃO integrada e sustentada no tempo;

**PSD**

**2 Identificamo-nos politicamente sem qualquer complexo de superioridade ou inferioridade e sempre em respeito pelos nossos adversários políticos, cidadãos e zelamos pela prática de cidadania participativa e não limitativa;**

- Neste Concelho quer nas Juntas de Freguesia ou Câmara Municipal, quer no poder ou na oposição, nunca nos limitamos "a uma navegação à vista" apresentamos sempre uma **estratégia de atuação**, devidamente planeada e enquadrada por objetivos programados no tempo e que não colocam ou nunca colocaram em causa, a sustentabilidade económica nem das Juntas de Freguesia ou da Câmara Municipal;
- Temos sempre presente na nossa atuação política (...) os valores éticos e morais que o rigor da política pública nos exige;

**PELO QUE RECOMENDAMOS QUE A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BENSAFRIM E BARÃO DE S. JOÃO, ADOTE A PROPOSTA DO PSD SOBRE A TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL, QUE FOI APROVADA POR TODOS OS PARTIDOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, INCLUSIVE COM O VOTE DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA.**

**PSD**

**3 QUAL A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL... PARA O FUTURO UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BENSAFRIM E BARÃO DE S. JOÃO E BENSAFRIM?**

- Para quando a alteração ou revisão ao plano de fomento?
- Quão são políticas de PLANEAMENTO E RENOVACÃO URBANA E DEMOCRÁTICA (fixação populacional)?
- Porquê o ABANDONO DA POLÍTICA DE AUTOCONSTRUÇÃO (que facilitava a fixação jovem na união de freguesias e sobretudo de classe média)?
- Qual a ESTRATÉGIA DESPORTIVA para a união de freguesias?
- Como é que a atual gestão da união das freguesias de Bensafirim encara o APOIO E O DESENVOLVIMENTO DO ASSOCIATIVISMO?
- Quão foram ou são os PROJETOS APRESENTADOS PELA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BENSAFRIM E BARÃO DE S. JOÃO (PORTE DA ASSOCIAÇÃO VICENTINA... durante este último ano e vice-versa)?
- Qual a ESTRATÉGIA PARA POPULAÇÃO SÉNIOR?
- Qual o futuro para o PATRIMÓNIO HISTÓRICO/ARQUEOLÓGICO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BENSAFRIM E BARÃO DE S. JOÃO?
- Para quando um VERDADEIRA E GENUINA APOSTA ETNOGRÁFICA na união das freguesias de Bensafirim e Barão de S. João (ex. FETAL e FESTA DO FOLAR)?

**PSD**

**3 COMO É QUE A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BENSAFRIM E BARÃO DE S. JOÃO PENSA AGIR?... POIS ESTAMOS A FALAR DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS ATÉ 2020...**

**ALGARVE DISPONIBILIZA PERTO DE 8,46 MILHÕES DE EUROS PARA A GESTÃO DAS DLBC (DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA) SENDO A ASSOCIAÇÃO VICENTINA A ENTIDADE GESTORA PARA LAGOS PARA AS ZONAS RURAIS**

**PSD**

**4 «A União das Freguesias de Bensafirim e Barão de S. João tem como Missão planejar, organizar e executar as políticas autárquicas da sua competência definidas na Lei 75/2013 de 12 de Setembro» bem como outras descentralizações de competências que lhe sejam concedidas pelo município da Lagos.»**

**«Tem como Visão melhorar a prestação do serviço, de forma contínua e integrada, procurando a valorização das pessoas/cidadãos/funcionários/eleitos, dos equipamentos e dos espaços da freguesia.»**

**QUAL O ALCANCE DA ATUAL MISSÃO E VISÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BENSAFRIM E BARÃO DE S. JOÃO?...**

**CONSIDERANDO QUE...**

**PSD**





Fl. 105v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

loteamento da zona verde; - 3 lotes junto ao mercado de Bensafrim há vários anos em construção. 4 - Resíduos sólidos urbanos (RSU): Deficiente recolha de RSU, e com falta de limpeza nas envolventes aos contentores e ilhas (é exemplo disso junto ao Clube e EN 120 junto ao mercado). 5 - Reparação de ruas de Bensafrim: - Recentemente foram repavimentadas ruas de Bensafrim, sem se mexer nas infraestruturas enterradas. Qual o critério para a escolha das ruas agora pavimentadas? 6 - EN 120: No atravessamento de Bensafrim, verifica-se que com a sucessiva pavimentação da estrada EN 120, os passeios estão rebaixados em relação à estrada, pelo que necessitam de intervenção para segurança dos peões. 7 - Entulhos: Os entulhos resultantes da pavimentação das ruas foram despejados na ribeira de Bensafrim, entre a igreja e o relógio de sol. Porquê? 8 - Estacionamento em Bensafrim: Falta de estacionamento na vila. É urgente criar um parque de estacionamento de forma organizada e com iluminação pública, podia-se utilizar os terrenos junto ao mercado de Bensafrim. 9 - Transportes Públicos: Horários da Onda, ao fim de semana são insuficientes de e para Bensafrim - Barão de S. João - Lagos. 10 - Polos de Leitura: Os polos de leitura de Bensafrim e Barão de S. João, funcionam apenas duas vezes por semana, o que na lógica de incentivo e promoção da leitura e de acesso a um ponto de internet se torna manifestamente insuficiente. Exemplo, disso é que nem existe em Bensafrim um local para se adquirir um simples jornal. 11- Orçamento Participativo: Propostas apresentadas referentes a intervenções em Barão de S. João e Bensafrim deveriam constar diretamente no orçamento como preocupação da câmara para resolução e não sujeito a votação no orçamento participativo. 12 - Parque/Zona Industrial: Importante equipamento há tanto tempo reclamado por micro e pequenos empresários da freguesia, com a mais valia da proximidade da Via-do-Infante, e que nunca chegou a arrancar. Entre outras medidas, é urgente proceder a diligências com vista a um levantamento exaustivo de algumas destas situações, nomeadamente: à recolha do lixo e limpeza de contentores e zonas envolventes; ao fornecimento de água canalizada à população e à sua qualidade; à situação em que se encontra a rede de esgotos, isto para que no próximo orçamento municipal e da freguesia, sejam definidas prioridades para o investimento nestas áreas. Bensafrim/Barão de São João é hoje uma freguesia estagnada. As políticas de direita praticadas ao longo de várias décadas e que levaram o país a uma situação de crise económica e social gravíssima, afetaram e muito esta freguesia rural, tendo o seu impacto sido potenciado pelas opções políticas locais. A Freguesia de Bensafrim como comprovam os dados estatísticos demográficos não cresce. O concelho de Lagos aumentou a sua população em 22,25% entre os censos de 2001 e 2011, e Bensafrim teve um resultado negativo de - 0,20%, ou seja, menos 3 habitantes no mesmo período de tempo. De salientar que no período de 1991 - 2001 Bensafrim já tinha tido um resultado negativo de - 0,84%, correspondente a menos 13 habitantes. E não tem conseguido dar a volta a estes números. Muitas das situações hoje levantadas são problemas de há muito tempo, e que não têm resposta por parte da Câmara Municipal e Junta de Freguesia, algumas reivindicações vêm já de há vários anos, como consta em ata da AM n.º 5/2010, realizada em Bensafrim. Bensafrim e Barão S. João precisam de outro rumo, de uma outra política que



proporcione um maior desenvolvimento económico e social, qualidade de vida e bem-estar aos seus fregueses, aos que para cá querem vir viver, e a quem nos visita.”. Aproveitou ainda para anunciar dois documentos apresentados pelo Grupo Municipal da CDU, para apreciação e votação, a seguir discriminados: - Documento 1- Moção: “A Lei n.º 11-A/2013, do Governo PSD/CDS, feita com o pretexto do memorando de entendimento com a Troika e da redução da despesa do Estado, representou a agregação de Freguesias no País, sem a real participação e envolvimento dos eleitos locais, dos Órgãos Autárquicos e das populações. Pelo contrário, não houve nenhuma poupança ao Estado e a realidade foi o afastamento entre eleitos e eleitores e maiores dificuldades na resposta aos problemas e anseios das populações, entre outras perdas. No Concelho de Lagos, todos os Órgãos Autárquicos, Municipais e de Freguesia, votaram contra esta Lei que agregou as Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João e as de Santa Maria e S. Sebastião. A Assembleia Municipal de Lagos respondeu à proposta de agregação das Freguesias enviada pela Assembleia da República, manifestando-se contra e juntando os pareceres negativos da Câmara Municipal e das Freguesias e ainda o abaixo assinado de protesto da população de Barão de S. João. Cumprindo o compromisso assumido pelo PCP com as populações, de respeito pela sua vontade de reposição das Freguesias, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República em 2015 o Projetos-Lei n.º 903/XII/4.ª, para reposição da Freguesia de Bensafrim e o n.º 904/XII/4.ª, para reposição da Freguesia de Barão de S. João. Estes Projetos-Lei foram enviados para parecer à Assembleia Municipal de Lagos que, na reunião de 29 de junho de 2015, deu parecer favorável, com votos contra somente do PSD. A Assembleia da República ainda não deu seguidamente a este assunto. Em 27 de abril de 2016, sob proposta da CDU, a Assembleia Municipal de Lagos reafirmou, com os votos contra do PSD e abstenção da TSL, a exigência da reposição das Freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos Órgãos Autárquicos e apelou à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias à reposição dessas Freguesias e que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2017. Considerando que ainda não há decisão final sobre este assunto, a Assembleia Municipal reunida perante a população de Bensafrim não pode ignorar a posição já assumida pelas populações e Órgãos Autárquicos de Bensafrim e de Barão de S. João. Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida em Bensafrim em 27 de setembro de 2016, delibere: - 1. Reafirmar a exigência de reposição das Freguesias de Bensafrim e de Barão de S. João, extintas contra a vontade das populações e dos respetivos Órgãos Autárquicos; - 2. Mais uma vez apelar à intervenção dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e do Governo no sentido de tomarem as medidas legislativas necessárias e urgentes à reposição destas Freguesias e que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições para as mesmas, no ato eleitoral de 2017.”; Documento 2 – Recomendação: “O território de Bensafrim dispõe de um apreciável número de peças de património identificado histórico/arqueológico, disseminadas na área da atual Freguesia. Verifica-se, no entanto, que este rico acervo de património não está



Fl. 106v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

ao dispor nem é do conhecimento público, seja em localização, em identificação ou em possibilidade de acesso e de visita. Nem sequer consta de documentação sistemática que permita o seu conhecimento pela população local e visitantes. Da listagem deste património, podemos destacar, a título de exemplo e além de vestígios dispersos: - minas da Corte do Bispo e do Haver; - necrópoles da idade do ferro da Fonte Velha e da Hortinha; - necrópole romana da Fonte Velha; - lagares do Lagarinho e dos Solões da Mina; - menires do Cabeço do Rochedo, do Monte da Rocha, do Monte da Sabrosa, Monte do Castanheiro, da Salgada e do Maranhão Novo; - dólmen do Monte Amarelo; - silo medieval islâmico de Bensafrim. Merece especial referência e atenção a necessidade de completar as investigações arqueológicas iniciadas na necrópole da Fonte Velha por Estácio da Veiga, mencionada na Carta Arqueológica do Algarve, 1877/78 e sobre a qual têm incidido eventuais trabalhos de escavação e investigação, embora sem atingirem conclusões científicas, mas revelando o maior interesse pela qualidade dos achados. Nesta necrópole foram encontradas as estelas, das quais hoje se encontra uma no Museu Municipal da Figueira da Foz e quatro no Museu Nacional de Arqueologia. Por todas estas razões e tendo em conta a importância da preservação e divulgação deste património para o melhor conhecimento da nossa história, tanto para os estudiosos como para a população em geral, nomeadamente o setor escolar, assim como as tendências e exigências culturais do turismo atual, cada vez mais importante na região, reveste-se de grande importância e urgência a salvaguarda e valorização deste património, assim como a sua divulgação. Neste sentido, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Bensafrim em 27 de setembro de 2016, delibere: 1 - Recomendar às entidades responsáveis, Ministério da Cultura, Direção Regional da Cultura do Algarve, Câmara Municipal de Lagos e Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, a tomada de medidas necessárias à urgente salvaguarda e valorização do património histórico/arqueológico de Bensafrim. 2 - Recomendar à Câmara Municipal de Lagos e Junta de Freguesia que procedam para que o património de Bensafrim seja devidamente identificado nos locais, com proteção adequada e que sejam editadas brochuras bilingue com informação e interpretação do património histórico/arqueológico de Bensafrim. 3 - Recomendar à Câmara Municipal e Junta de Freguesia que seja, desde já, dado início ao processo conducente à instalação do Museu de Bensafrim, histórico e de memória, permitindo o regresso e exposição das estelas e mais acervo que se encontra disperso ou a recolher com a participação da população. 4 - Dar conhecimento desta deliberação ao Ministério da Cultura, à Câmara Municipal de Lagos, à Assembleia e Junta de Freguesia e à comunicação social.”-----

-----O Sr. Duarte Rio (PS) (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) sobre o depósito de entulho numa linha de água, esclareceu que o que foi feito foi a reposição de um caminho que acompanha a ribeira e nada mais do que isso. Disse que a manutenção dos serviços da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, em Barão de S. João, deve-se a uma vontade política, assumida, por parte do atual



Executivo da Junta de Freguesia e não por imposição do PSD. Referiu que os planos estratégicos não se colocam em prática num curto espaço de tempo, uma vez que os mesmos são desenvolvidos com a Câmara Municipal. Com a sinalética, disse que a situação é igual, não é alterada a mesma de um dia para o outro. Disse ter conhecimento da situação mencionada pelo Município Jorge Humberto, tendo a mesma sido já reportada à Câmara Municipal. Referiu que à muita obra que é necessária fazer na Freguesia, mas as mesmas são o grande investimento que não se pode fazer de um dia para o outro.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que as Juntas de Freguesia não têm recursos financeiros, pelo que perguntou se na Terras do Infante ou na AMAL poderia ser criado um Gabinete que estudasse e acompanhasse a aplicação de fundos europeus nas Freguesias Rurais. Afirmou que Portugal desperdiça fundos europeus, pelo que é necessários aproveitar tais verbas.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (TSL) disse ter toda a consideração pelas Juntas de Freguesia, uma vez que são estas que fazem a chamada democracia próxima, uma vez que estão junto das pessoas, pelo que lhe custa muito ver as dificuldades que têm, sobretudo no campo financeiro e no campo administrativo. Referiu que a situação de terem sido agregadas Freguesias sem ouvir as pessoas, tinha que ser alvo de uma reflexão profunda. Lembrou que, historicamente, não era a primeira vez que Bensafrim e Barão de S. João estavam fundidas numa única Freguesia. Disse ter conhecimento de que a possibilidade de separar a atual Freguesia em duas, tem aceitação por parte do atual Executivo da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, pelo que votará favoravelmente a tal proposta. Terminou dizendo que a dedicação dos Presidentes de Junta de Freguesia merece um alto louvor por parte da Democracia Local.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que em 2006 tinha sido apresentado um projeto para um Centro de Estágio a ser construído na Freguesia de Bensafrim, o qual estava previsto começar a funcionar em 2010, e que iria criar cerca de mil postos de trabalho, só que passado todo este espaço de tempo, nada se concretizou, pelo que solicitou esclarecimentos à Câmara Municipal sobre o assunto.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) referindo-se ao documento do Grupo Municipal da CDU sobre a reposição das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João disse que seria melhor esperar pelo fim do mandato autárquico, para se avaliar como correram as coisas para depois se tomar uma posição sobre o assunto.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que grande parte, das situações mencionadas nas intervenções dos Membros da Assembleia Municipal, eram do conhecimento da Câmara Municipal, acrescentando que, apesar de ser feito um grande esforço, nem sempre é possível ocorrer a todas as situações ao mesmo tempo. Informou que finalmente tinha sido desbloqueada a questão das dezasseis habitações sociais, existentes em Bensafrim, as quais estavam por habitar havia alguns anos, avançado com este desbloqueio a intervenção na área envolvente, a qual contempla um parque infantil, o qual está inserido num plano próprio que está já a ser implementado no Concelho, e que abrange, igualmente, um parque infantil na zona de merendas da Mata de Barão de S. João. Sobre o alargamento do



Fl. 107v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

cemitério, disse que o mesmo será uma realidade, em breve, uma vez que já foram desbloqueadas as situações que impediam o dito alargamento. Relativamente à União de Freguesias, disse que no caso de Bensafrim/Barão de S. João, o PS defende a separação das Freguesias. Disse esperar que o PSD continue com as suas próprias ideias, sendo que o PS não tem qualquer tipo de problemas em aceitar as boas ideias, no entanto, é da opinião de que a estratégia adotada, até há pouco tempo pelo PSD, para Bensafrim e Barão de S. João, apenas prejudicou a população, pelo que se congratulou pela mudança verificada neste âmbito, por parte do PSD. Sobre os Planos de Pormenor, disse que no momento estão todos em cima da mesa, podendo os mesmos entrar na fase de revisão/alteração, a qualquer momento. Relativamente ao desporto, deu os parabéns à Comissão que gere o Clube Estrela Desportiva de Bensafrim, pelo bom trabalho desenvolvido na revitalização do clube. Sobre a Vicentina disse que esta associação é bastante importante na ajudada dada à Câmara Municipal no desenvolvimento rural e urbano. Disse que a situação trazida pelo Sr. Município Jorge Humberto, está contemplada no orçamento participativo, pelo que convém as pessoas irem ver os projetos e votarem.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, começou por dizer que a Câmara Municipal não é patroa da Algar, sendo que quem passou a Algar para o privado, tinha sido o Governo PSD, quando cedeu 56% da Algar à EGF - Environmental Global Facilities. Disse que já tinham sido feitas 195 reclamações, por parte da Câmara Municipal de Lagos, à Algar, pelo incumprimento da responsabilidade da Algar. Acrescentou que a Câmara Municipal tem a responsabilidade da recolha dos resíduos sólidos urbanos, e a Algar tem a responsabilidade da recolha dos restantes resíduos. Sobre os problemas das Colinas Verdes, disse que o problema já se arrasta por longos anos, estando a ser estudada uma solução para os problemas existente no local. Disse que o abastecimento de água a Bensafrim é um problema que se tem vindo a agravar, estando a ser preparada uma intervenção para resolver o problema, com a construção de uma nova conduta que irá abastecer a Vila de Bensafrim. Sobre limpeza de linhas de água, disse que estão a decorrer candidaturas para a limpeza das mesmas. Em relação à limpeza das bermas, informou estar a ser ultimado o procedimento para tal. Considerou a apresentação do PSD “fraca”, uma vez que repete os assuntos desde 2014, sendo que alguns já estão resolvidos, como o próprio PSD reconheceu. Sobre as questões relacionadas com águas impróprias em Barão de S. João, disse que já tinha sido feita uma vistoria por parte da APA - Agência Portuguesa do Ambiente, tendo esta instância elaborado um relatório, o qual foi dado a conhecer a quem expos a situação, concluindo o mesmo que as águas provenientes dos lavadouros teriam que ser melhor canalizadas para não provar a situação verificada..-----

-----Neste momento os trabalhos foram interrompidos pelo Município Sr. Jorge Humberto o qual se insurgiu relativamente à informação prestada pelo Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, dizendo que era falsa a questão de que as águas dos lavadouros estavam na origem do problema.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, continuando a sua intervenção, relativamente aos melhoramentos feitos nos arruamentos, sem mexer



nas infraestruturas disse que foi seguido o mesmo critério tomado em outras artérias do Concelho. Sobre a falta de alcatrão em parte da EN 120, disse que o mesmo será recolocado após concluso das obras referentes à colocação da nova conduta de abastecimento de água a Bensafrim. Terminou informando que a Câmara Municipal fez candidaturas no sentido de levar água canalizada alguns pontos do Concelho, onde ainda não chega água canalizada.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, sobre o centro de estágio para Bensafrim, informou que o dono do terreno em causa, mantém o interesse no desenvolvimento do projeto tendo chamado à atenção de que se trata de um investimento privado e que é este que tem nas mãos os timings da concretização do mesmo.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que Bensafrim tem um Plano de Pormenor, e em vigor, pelo que perguntou o porquê de não ser cumprindo o que o mesmo diz, nomeadamente nas áreas da cultura, do património, da educação, do ordenamento, da requalificação, do desenvolvimento económico, etc..-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) perguntou quem tinha chegado à conclusão que o problema existente em Barão de S. João tinha origem nos lavadouros, a Câmara Municipal ou a APA.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, esclareceu que tal conclusão tinha sido emitida pela APA.-----

-----O Sr. José Jácome (LCF) disse que quem proferiu a “mentira”, tinha sido a APA.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) solicitou que fosse solicitado à Câmara Municipal o envio do Parecer da APA, mencionado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Reis.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, reconhecendo a necessidade de o Plano de Pormenor de Bensafrim ter que ser revisto, disse que o mesmo está a ser cumprindo, apesar de possivelmente estar a ter um grau de execução baixo. Disse que, na sua opinião, Bensafrim, com a proximidade que tem à Via do Infante, reúne condições para ter outras e mais condições, para ser diferente do que é a sua realidade no presente.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Paulo Jorge Reis, disse que o Sr. Municípes, Jorge Humberto, tinha feito uma exposição à APA e recebeu a resposta já referida, pelo que não tinha sido a Câmara Municipal a chegar à conclusão mencionada.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) agradeceu a receção por parte do Clube Estrela Desportiva de Bensafrim à Assembleia Municipal. Referiu ainda que se os documentos que vão à Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João, forem entregues atempadamente, o PSD não tem qualquer problema em votá-los, uma vez que o PSD sempre teve uma postura construtiva.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, tendo-se verificado o seguinte resultado:



Fl. 108v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS**

	PS	PSD	LCF	CDU	TSL	BE	TOTAL
<b>VOTOS A FAVOR</b>	12	0	3	3	1	1	<b>20</b>
<b>ABSTENÇÕES</b>	0	0	0	0	0	0	<b>0</b>
<b>VOTOS CONTRA</b>	0	4	0	0	0	0	<b>4</b>

**-----DELIBERAÇÃO N.º 75/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por maioria, a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.--

-----Não participou nesta votação, por se encontrar ausente da Sala, o Sr. Fernando Marreiro (PSD).-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Rui Araújo (PSD): “Votamos contra pelos motivos apresentados durante a nossa intervenção.”-----

-----Seguidamente, passou-se à votação da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

**-----DELIBERAÇÃO N.º 76/AM/2016:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. José Jácome (LCF): “Votamos a favor, mas chamamos à atenção para o facto de uma coisa é o Museu, outra coisa é sinalizar locais que podem ser vandalizados e destruídos e é preciso ter cuidado com isso.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 3 de outubro de 2016, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 2 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 29 minutos, da madrugada do dia 28 de setembro de 2016, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins (LCF), Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado(PS).-----

.....

.....